

A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV*

ARMANDO NORTE ** | ANDRÉ DE OLIVEIRA - LEITÃO ***

armando.norte@gmail.com
a.leitao@campus.ul.pt

Resumo: O presente ensaio visa dar a conhecer a *peregrinatio academica* dos portugueses na Cristandade entre os séculos XII e XV. Partindo de uma base prosopográfica, será feita uma análise sequenciada deste fenómeno em dois momentos distintos (antes e depois do estabelecimento do Estudo Geral de Lisboa, no final do século XIII), examinando as correntes desta migração, as matérias estudadas e os percursos destes homens após a sua passagem por diferentes universidades europeias, ao serviço do *regnum*, do *sacerdotium* ou do *studium*.

Palavras-chave: Mobilidades; *Studium Generale*; Portugal; *Christianitas*.

The mobility of Portuguese scholars: the *peregrinatio academica* between the 12th and 15th centuries

Abstract: This essay aims to explore the Portuguese *peregrinatio academica* throughout Christendom between the 12th and the 15th centuries. Based on a prosopographical survey, we analyse this phenomenon in two different moments (before and after the foundation of the Portuguese *studium generale* in the late-13th century), examining the migration trends, the fields of knowledge studied as well as the careers of these men after their passage through several European universities concerning the *regnum*, the *sacerdotium* or the *studium*.

Keywords: Mobilities, *Studium Generale*; Portugal; *Christianitas*.

* Investigação enquadrada no âmbito do projeto *DEGRUPE: A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas (séculos xiii-xv)*/*The European Dimension of a Group of Power: Ecclesiastics and the Political State Building of the Iberian Monarchies (13th-15th centuries)* (PTDC/EPH-HIS/4964/2012), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P./Ministério da Educação e Ciência (FCT/MEC), e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade.

** Investigador integrado do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa/FL).

*** Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) e investigador associado do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa/FL).

Introdução

Tendo em vista a abordagem da *peregrinatio academica* durante a Baixa Idade Média, importa ter em conta várias questões metodológicas, a mais premente das quais está relacionada com a definição do conceito de arquivo de *per si*. Num estudo desta natureza, o arquivo revela-se essencialmente factício, porquanto construção moderna do historiador, que colhe os seus informes em diferentes cartórios, cujas condições de produção e organização documental seguem lógicas distintas, e onde a passagem do tempo, aliada à incúria humana, dita necessariamente a preservação de certos diplomas em detrimento de outros, pelo que o arquivo se torna assim “lugar de ideologia, deformação da realidade mas ao mesmo tempo intervenção nela”¹. Importa, pois, delimitar o *corpus* documental com precisão e aferir da representatividade do mesmo, sendo certo que as conclusões aqui gizadas serão sempre indiciárias e, portanto, necessariamente lacunares.

Historicamente, a questão da *peregrinatio* dos estudantes portugueses na *Christianitas* tem sido abordada no contexto de monografias especializadas; desde o terceiro quartel do século XX foram sendo dados à estampa diversos trabalhos de desigual valor científico, versando a presença de portugueses em várias universidades europeias, como Salamanca (com os estudos de Joaquim Veríssimo Serrão², Ángel Marcos de Díos³ ou Armando de Jesus Marques⁴), Bolonha (três estudos de grande dimensão levados a cabo por António Domingues de Sousa Costa, O.F.M.⁵), Paris (um estudo de Luís de Matos⁶) ou Toulouse e Montpellier (em ambos os casos da lavra de Veríssimo Serrão⁷). Para além destes estudos, produziram-se ainda pequenos artigos sobre os escolares portugueses no Meridiano francês (de Veríssimo Serrão⁸),

1 Cf. Hermenegildo Fernandes – *D. Sancho II. Tragédia*. 2.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 84-85.

2 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no Estudo Geral de Salamanca (1250-1550)*. Vol. I. Lisboa, 1962.

3 Cf. Ángel Marcos de Díos – *Portugueses en la Universidad de Salamanca*. Salamanca. Disertación doctoral, 1975.

4 Cf. Armando de Jesus Marques – Portugueses nos claustros salmantinos no século XV. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 19 (1963) 167-186; Armando de Jesus Marques – Conselheiros portugueses na Universidade de Salamanca. *Anais da Academia Portuguesa da História*. II série. 25 (1976-77) 418-420; Armando de Jesus Marques – *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos Escolares Lusos no Governo do Estado. 1503-1512*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1980.

5 Cf. António Domingues de Sousa Costa, O.F.M. – Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de São Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV. *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 3 (1969) 3-157; António Domingues de Sousa Costa, O.F.M. – Portugueses no Colégio de São Clemente de Bolonha durante o século XV. *Studia Albornotiana*. 13 (1973) 211-415; António Domingues de Sousa Costa, O.F.M. – *Portugueses no Colégio de São Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*. 2 vols. Bolonia: Publicaciones del Real Colegio de España, 1990.

6 Cf. Luís de Matos – *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1950.

7 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no Estudo de Toulouse*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1954; Joaquim Veríssimo Serrão – *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1970; Joaquim Veríssimo Serrão – *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1971.

8 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – Escolares portugueses nas universidades do Sul de França (1350-1400). *Ocidente*. 44 (1953) 105-112; Joaquim Veríssimo Serrão – Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle. *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'en 1715) du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. Années 1953-1954* (1975) 265-272.

em Itália (da autoria de Virgínia Rau⁹), bem como uma nótula sobre os portugueses em Oxford e Cambridge (de Peter Russell¹⁰). Mais recentemente, a questão tem sido abordada com um revigorado olhar, destacando-se os trabalhos de José Artur Duarte Nogueira sobre o estudo do direito em Portugal antes da fundação da Universidade¹¹; de José Antunes sobre cultura erudita no Portugal medieval¹²; de António Resende de Oliveira sobre a mobilidade dos universitários portugueses na Europa medieval¹³; de Mário Farelo sobre a *peregrinatio* dos portugueses para Paris¹⁴; de Armando Norte sobre letrados e cultura letrada em Portugal nos séculos XII e XIII¹⁵; ou de André Vitória sobre a cultura jurídica em Portugal dos século XII a XIV¹⁶.

Não existe, no conjunto das obras elencadas, um questionário metodológico comum para a análise dos dados; além disso, está ainda em curso a recolha da documentação relativa a alguns estudos gerais. Assim, a primeira parte do presente estudo basear-se-á na dissertação de doutoramento do primeiro dos subscritores deste ensaio, enquanto, na segunda parte, se decidiu fazer recair a análise sobre o *Chartularium Universitatis Portugalensis. 1288-1537 (CUP)*¹⁷, uma compilação concebida *ad hoc* pela universidade contemporânea¹⁸ enquanto entidade interessada em estudar as suas raízes históricas, procurando para tal reconstituir o hipotético arquivo da instituição medieval sua antecessora através da compilação de inúmeras súplicas (e, bem assim, das bulas de concessão de benefícios) feitas por eclesiásticos detentores de for-

9 Cf. Virgínia Rau – Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV. *Revista Portuguesa de História*. 12 (1969) 185-206; Virgínia Rau – Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV. *Do Tempo e da História*. 5 (1972) 29-99.

10 Cf. Peter Edward Russell – Medieval Portuguese students at Oxford University. *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*. 1 (1960) 183-191.

11 Cf. José Artur Anes Duarte Nogueira – *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos Primórdios ao Século da Universidade*. Lisboa, 1994. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

12 Cf. José Antunes – *A Cultura Erudita Portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*. Coimbra, 1995. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

13 Cf. António Resende de Oliveira – A mobilidade dos universitários. *História da Universidade em Portugal*. Vol. I, tomo I (1290-1536). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 339-356.

14 Cf. Mário Farelo – *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles*. Montréal, 1999. Tese de mestrado apresentada à Université de Montréal; Mário Farelo – Les Portugais à l'Université de Paris au Moyen Âge. Aussi une question d'acheminements de ressources. *Memini. Travaux et Documents publiés par la Société des Études Médiévales du Québec*. 5 (2001) 101-129; Mário Farelo – Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medieval (séculos XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo. *Lusitania Sacra*. 2.ª série. 13-14 (2001-02) 161-196. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4424>.

15 Cf. Armando Norte – *Letrados e Cultura Letrada (séculos XII-XIII)*. Lisboa, 2013. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8491>.

16 Cf. André Vitória – *Legal Culture in Portugal from the Twelfth to the Fourteenth Centuries*. Porto: 2013. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Porto.

17 Cf. Artur Moreira de Sá (coord.) – *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Pref. de Marcello Caetano. 16 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Científica; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1966-2004 (doravante esta obra será referenciada como CUP, seguido do volume em números romanos e do número do documento em algarismos arábicos).

18 Cf. Hermenegildo Fernandes – Introdução. In *A universidade medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Dir. e pref. de António Sampaio da Nóvoa e coord. de Hermenegildo Fernandes. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2013, p. 25.

mação universitária (real ou aparente), ainda que, em muitos dos diplomas aí arrolados, careça de demonstração a vinculação destes homens ao estudo geral português. O *CUP* resultou de um laboriosíssimo trabalho de recolha documental encetado em vários arquivos nacionais e estrangeiros ao longo de quase sessenta anos, e que se traduziu na edição de cerca de sete mil documentos que dizem respeito, não apenas aos diplomas relativos ao Estudo Geral português mas também a estudantes, escolares, mestres e doutores que aparentassem ter alguma vinculação ao território português, figurando aí também mencionados, em número não despidendo, os nomes de vários indivíduos que procederam aos seus estudos em várias universidades europeias.

Um trabalho prosopográfico de base, financiado pela Reitoria da Universidade de Lisboa entre 2010 e 2011, no âmbito do programa de comemorações do Centenário da Universidade de Lisboa, e cujos resultados foram, em parte, dados à estampa na obra *A universidade medieval em Lisboa* (2013), coordenada por Hermenegildo Fernandes, permitiu constatar a existência, nesse *corpus*, de estudantes, escolares e graduados que frequentaram pelo menos 24 universidades (além do estudo geral português), no período que medeia entre o final do século XIII e a data da última deslocalização do estudo geral português entre Lisboa e Coimbra, em 1537. São elas as seguintes: na coroa de Castela, Alcalá de Henares (Complutense), Salamanca, Sevilha e Valladolid; na de Aragão, Lleida; no reino de França, as de Aix-en-Provence, Angers, Bordéus, Bourges, Montpellier, Nantes, Paris e Toulouse; em Inglaterra, Cambridge e Oxford; finalmente, na Península Itálica, as de Bolonha, Ferrara, Pádua, Pavia, Perugia, Pisa, Roma (tanto a universidade da Urbe como o *studium* da Cúria) e Siena.

Além da definição do *corpus*, o tempo sobre o qual versará a análise – as derradeiras centúrias da Idade Média – coloca ao historiador desafios e problemas distintos daqueles suscitados para os séculos imediatamente anteriores. Assim sucede também em questões como a frequência das universidades, a formação dos escolares e, bem assim, a *peregrinatio academica*.

Em primeiro lugar, importa recordar que os mais significativos *studia generalia* foram fundados antes do final do século XIII; nesse sentido, o estabelecimento da universidade portuguesa em Lisboa, entre 1288 e 1290, constitui, de certa forma, um corte epistemológico, marcando o *terminus ad quem* de um primeiro período na história das universidades¹⁹. Por outro lado, se até então quase todas as universidades se haviam situado na Europa Mediterrânea (nas Penínsulas Itálica e Ibérica e na França, bem como na Inglaterra – esta última constituindo a única ressalva ao paradigma da universidade enquanto instituição meridional desta primeira fase), os estabelecimen-

19 Cf. Jacques Verger – Modelos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média*. Coord. H. de Ridder-Symoens. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 47-55.

tos fundados a partir do século XIV tornaram-se mais excêntricos, deslocando-se para o Centro e Norte da *Christianitas*²⁰.

Em segundo lugar, uma rápida observação taxonómica daqueles que frequentam a universidade e aí obtiveram a graduação leva-nos a concluir por uma especialização crescente das formações oferecidas, expressa na concessão dos correspondentes graus académicos. Com efeito, atentando no *corpus* que se definiu para a realização deste estudo, verifica-se que, até ao século XIV, o título de mestre era o mais substantivamente utilizado pelos indivíduos que haviam completado a sua formação académica. Contudo, o termo, que sempre tivera uma forte carga polissémica, deixará lentamente de ser um atributo genérico de um indivíduo com altos estudos para passar a designar também, em si mesmo, um grau académico²¹. Assim, a partir da centúria de trezentos, parece desenhar-se, de forma muito nítida, um *cursus honorum* dos graus académicos dentro do estudo geral, correspondendo cada título a uma diferenciação que ainda hoje subsiste na maior parte das universidades do mundo ocidental – bacharel, licenciado, mestre e doutor; no entanto, esta *ordo* estava ainda longe de constituir um cânone imutável ao longo do século XIV. Se, como foi dito,

20 Disso constituem exemplos, para o século XIV, as fundações na Europa Oriental (casos das universidades situadas em espaços do Sacro Império – como Praga, na Boémia, estabelecida pelo imperador Carlos IV pela bula áurea de 1348, ou Viena, fundada pelo arquiduque Rodolfo IV da Áustria em 1365 – ou, mais para Leste, no reino da Polónia – com a instituição da Universidade de Cracóvia em 1364 pelo último monarca da casa de Piast, Casimiro III) e, no século XV, os novos estabelecimentos na Europa Central, bem no coração do Império (Leipzig, na Saxónia, em 1409; na cidade hanseática de Rostock em 1419; Lovaina, no Brabante, em 1425; Freiburg, em Baden, em 1457; Basileia, na Suíça, em 1460; Ingolstadt, na Baviera, em 1472; ou Tübingen, em Württemberg, em 1477), bem como as fundações da Europa do Norte (na Escócia são instituídas as universidades de St. Andrews, logo em 1413 e, mais tarde, as de Glasgow, em 1451, e de Aberdeen, em 1495; por seu turno, numa Escandinávia unificada politicamente, nos derradeiros anos do século XIV, no quadro da União de Kalmar, avultam as fundações universitárias em Uppsala, na Suécia, em 1477 e, dois anos mais tarde, em Copenhaga, na Dinamarca).

21 Se para os primeiros anos do século XIV as referências a um mestre se fazem apenas pela aposição do título magistral (que pode – ou não – ter relação com a concessão de um grau académico num *studium generale*) ao nome do indivíduo, o qual, na maior parte dos casos, não surge sequer referenciado com qualquer patronímico – casos de mestre Afonso (CUP, II, 421), mestre Bartolomeu (CUP, I, 19, 20), mestre Estêvão (CUP, I, 19, 20), mestre João (CUP, I, 29, 30, 38, 39, 40, 41, 197, 199), mestre Mendo (CUP, I, 19, 20), mestre Pedro (CUP, I, 35) ou mestre Rodrigo (CUP, II, 460), situação que se prolongará, no século XV, apenas no caso dos físicos – ou em alternativa aparecendo referenciado por um locativo, a designar a sua eventual origem geográfica, casos de Estêvão Miguéis de Lisboa (CUP, I, 122), João de Portugal (CUP, III, 664), Manuel de Portugal (CUP, III, 662, 663) ou Vicente de Lisboa (CUP, III, 550, 557) –, ou aparecendo ainda complementado com um apodo, geralmente relativo ao exercício de funções legais ou canónicas junto da Corte – casos de mestre Afonso das Leis (CUP, I, 210), mestre Gil das Leis (CUP, I, 48), mestre Gonçalo das Decretais (CUP, I, 207, 208, 211, 212, 214; de notar que este último, na qualidade de vassallo d'el-rei, subscreve estes diplomas como *Gonçallus decretorum Laurentius*, fórmula donde se pode extrair o seu patronímico), mestre João das Leis (CUP, I, 31, 32, 45, 46, 197, 199), mestre Pedro das Leis, aliás mestre Pierre de Corbigny (CUP, I, 111, 179), ou ainda mestre Vasco das Leis (CUP, II, 469). Salvo nestes últimos casos, em que é possível deduzir terem uma formação em direito, civil ou canónico, a partir do apodo, nos demais casos a utilização do título de mestre faz-se sem qualquer outra referência que explicita a correspondente área de formação escolar. A partir dos meados do século XIV começa, paulatinamente, a fazer-se referência às disciplinas cursadas, desaparecendo as menções a mestres na área do direito, ao mesmo tempo que se generalizam os mestres em artes liberais – casos de Geraldo Fernandes, mestre em Artes e licenciado em medicina no estudo de Paris (CUP, I, 226); Gonçalo Anes, mestre de Lógica (CUP, III, 659); Gonçalo Domingues, mestre de Gramática (CUP, II, 543; III, 667, 674, 675); João Fogaça, mestre em Artes e Medicina em Paris (CUP, I, 194); Mendo, mestre em Medicina (CUP, II, 397); Pêro Domingues, mestre de Gramática (CUP, I, 246, 257, 258, 260, 270; II, 386, 392, 407, 460; III, 791); Frei Rodrigo, O.P., mestre em Teologia (CUP, II, 460); ou Frei Vasco Gil, O.P., também mestre em Teologia (CUP, II, 561).

a atribuição do grau de mestre constituía até então a norma no seio das faculdades, sobretudo nas de artes liberais (entendidas como propedêuticas face às restantes), tornou-se a partir de então, com base na documentação que chegou até nós, o título mais frequente entre os graduados nas ciências do *triuuium* e o *quadriuium*. Por seu turno, nas demais faculdades, consideradas superiores (direitos civil e canónico, medicina e teologia), assistiu-se a uma significativa diferenciação dentro do *cursus honorum*, com um predomínio dos graus mais baixos (bacharéis e licenciados) face ao grau mais elevado (o de doutor); não obstante, entre os diplomados na *sacra pagina* – a teologia que constituía a principal ciência da Idade Média, e cujo ensino só nalgumas universidades era permitido (caso de Paris, o mais afamado dos estudos teológicos medievais), e sem a qual não se podia considerar completo o quadro das faculdades de um *studium generale* –, era também o grau de mestre o mais comum (ainda que não o mais elevado); além disso, entre os graduados em medicina, a atribuição do título de mestre continuava a fazer-se com carácter informal (a designação mestre parece revestir, na documentação compulsada relativa a Portugal, um carácter honorífico, muito mais do que um grau, de que são exemplos as fórmulas que associam este título informal ao grau formal – “doutor mestre” ou “mestre doutor”²²). Nesse sentido, parece-nos de admitir que a utilização do título doutoral tenha ficado restringida às ciências maiores (os dois direitos, a medicina e a teologia), ficando as ciências do *triuuium* e do *quadriuium* relegadas a um estatuto de inferioridade, pautado pela concessão, apenas, do título magistral.

Em terceiro lugar, o século XIV é também um tempo de paulatinas mudanças ao nível da frequência universitária, o que fica claramente atestado pelo *corpus* documental. Nascida no seio da instituição eclesiástica, e congregando, no início, escolares e mestres oriundos da clerezia (secular ou regular), a universidade do século XIV é, apesar dos vínculos que mantém ainda com a Igreja (quer através da concessão dos graus académicos, consumada pelo cancelário que era igualmente o antístite da diocese onde se situava o estudo geral; quer pela outorga do privilégio do *ius ubique docendi* e, subsidiariamente, do título de *studia generalia* atribuído às universidades cujos graduados gozavam dessa prerrogativa), uma instituição necessariamente diferente daquela que principiara nos meados do século XII, fruto da evolução das antigas escolas-catedrais nas principais urbes europeias. No século XIV, assinala-se a chegada ao estudo, de modo cada vez mais significativo, de leigos (e, inclusivamente, de nobres, que se evidenciam pelo uso de três nomes) que – passando a desfrutar, enquanto estudantes, dos privilégios, liberdades e imunidades próprias do estado

22. Tais os casos do doutor mestre Lourenço Fogaça, físico de D. João I (*CUP*, IV, 989); do doutor mestre Rodrigo, físico do infante D. Pedro, duque de Coimbra (*CUP*, IV, 1375); do doutor mestre Afonso Madeira, físico-mor de D. Afonso V (*CUP*, IX, 3791); do doutor mestre Afonso, físico régio e lente na Universidade de Lisboa (*CUP*, IX, 3792, 3793, 3800) ou do doutor mestre João do Rego, também lente de física na Universidade de Lisboa (*CUP*, IX, 3793).

clerical – uma vez concluídos os estudos ou abandonada a universidade (ainda que sem qualquer grau), regressavam à sua anterior situação secular, mas mantendo, não obstante, as prerrogativas dos clérigos²³.

É com base nestas premissas que se propõe analisar a *peregrinatio academica* dos portugueses na Idade Média, esboçando primeiramente um quantitativo dos nomes e lugares por onde passaram esses homens e, seguidamente, uma breve incursão nas carreiras e percursos de alguns dos nomes mais significativos, e para os quais se conserva um maior número de testemunhos.

A *peregrinatio academica* antes da fundação do estudo geral²⁴

Em relação aos locais de estudo frequentados por letrados antes da fundação do estudo geral português, a informação apurada, sem ser muito substancial, nem por isso é demasiado rara. É possível reconstituir notícias sobre percursos escolares para aproximadamente seis dezenas de indivíduos²⁵.

Acima de tudo, estas informações provieram de bibliografia de apoio, parte da qual parece ter-se limitado a replicar, de forma algo acrítica, notícias encontradas em estudos anteriores, desse modo propagando tradições historiográficas mais recuadas. Uma fatia menor resultou de especulações baseadas em métodos indiciários. E uma outra parte, correspondente à informação extraída diretamente de fontes secundárias, nem sempre apresentou a fidedignidade desejável, na medida em que bebeu

23 Permita-se, a este propósito, trazer à colação as palavras de Armando Luís de Carvalho Homem acerca de um destes homens, Lourenço Anes Fogaça, clérigo mencionado como “in iure canonico proelecto” num rótulo de súplicas do cardeal-bispo de Frascati, Nicola Cappoci, ao papa Urbano V (24 de janeiro de 1363; *CUP*, I, 221) e que, mais tarde, ocupará posições de destaque na corte, primeiro como desembargador régio e, mais tarde, como chanceler-mor, posição que ocupou desde 1374 até 1399. Com efeito, escreve Carvalho Homem que Fogaça parece ter sido “um dos numerosos exemplos daqueles eclesiásticos que, obtida uma habilitação – universitária ou outra – ou um ofício, como que ‘esquecem’ a sua condição e se transformam de facto em simples leigos [...]; isto numa altura em que a condição de *clérigo* não é propriamente algo fácil de definir e em que se está longe de poder efetuar uma contraposição total em relação ao *legista*: basta referir que em pleno século XIV é ainda normal nas universidades a Norte dos Alpes o candidato a graus académicos em Leis ser obrigatoriamente possuidor de ordens menores. Ou seja, sem ser estritamente um *legista*, no sentido de ter possuído um grau académico em Direito Civil ou Canónico, Lourenço Anes Fogaça poderá ao menos ser considerado um *letrado* em sentido mais lato, na medida em que possuiu habilitações e foi titular de ofícios e dignidades em condições que claramente o distinguiram do estado eclesiástico” (cf. Armando Luís de Carvalho Homem – Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor. In *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de outubro de 1986)*. Coord. de Manuel Gomes da Torre, Rui Carvalho Homem, Maria Teresa Castilho e Belinda Sousa Maia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Instituto de Estudos Ingleses, 1988, p. 224-225; disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5422.pdf>).

24 Os resultados apresentados nesta parte do artigo, com ligeiras alterações, resultam, no essencial, da investigação realizada por Armando Norte no âmbito da sua tese de doutoramento (*Letrados e Cultura Letrada em Portugal. Séculos XII-XIII*), financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/36420/2007), de onde foram extraídos, e onde se encontram expostos de forma mais detalhada.

25 Cf. Anexo, n.º 14, 18, 27, 41, 43, 45, 46, 47, 50, 52, 56, 67, 69, 75, 81, 82, 87, 94, 97, 100, 106, 115, 117, 119, 120, 125, 128, 129, 135, 136, 137, 141, 146, 148, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 187, 189, 192, 192, 201, 202, 204, 207, 209, 213, 223, 224, 226, 233.

na cronística da época moderna, o que aconselha reservas de grau muito variado na sua ponderação, diferentemente sugeridas pelos autores que forneceram os dados. A incerteza resultante deste quadro não permite por isso reter padrões muito firmes sobre os percursos de escolares, mas, ainda assim, os dados apurados justificam exposição e reflexão.

Em primeiro lugar, há que assinalar a quase ausência de informação no que se refere aos percursos escolares desenvolvidos pelos letrados em idades mais precoces. Essa escassez de informações contrasta sobremaneira com as notícias relativas à frequência de estudos gerais, visitados em fase mais avançada das suas vidas.

Os poucos estabelecimentos de ensino que se conhece terem sido frequentados por mestres em etapas mais precoces foram, acima de tudo, escolas claustrais. Assim, parece certo que o bispo do Porto Pedro Salvadores estudou no mosteiro de Grijó²⁶, um ensino de raiz monástica também experimentado por mestre Nicolau, bispo viseense, em S. Vicente de Fora; por Frei Gil de Santarém, em Sta. Cruz de Coimbra; e pelo cardeal Paio Galvão, em Sta. Marinha da Costa²⁷. De outro modo, os primeiros contatos com as letras do arcebispo Silvestre Godinho ocorreram em ambiente paroquial, na escola de S. Paio da Pousada²⁸. E numa escola capitular, no caso o estabelecimento anexo à catedral de Lisboa, terá começado o aprendizado de Sto. António, que prosseguiu mais tarde os seus estudos nos mosteiros de S. Vicente de Fora e de Sta. Cruz de Coimbra, sucessivamente²⁹. Estas notícias, não obstante o seu carácter accidental, mais do que certificarem orientações escolares ou tendências firmes, provam a existência de uma rede de ensino ancorada em estabelecimentos monásticos, capitulares e paroquiais – na verdade, as únicas possibilidades disponíveis no reino para uma época anterior à fundação da universidade dionisiana³⁰.

Como é natural, selecionavam-se entre os escolares mais apetrechados do ponto de vista intelectual os que iriam recolher conhecimentos superiores, algo que, até ao final do século XIII, só podia ocorrer em espaços além-fronteiras, e desde que houvesse suporte financeiro para custear as muitas despesas envolvidas – associadas com deslocações, estadias, aquisição de manuais de estudo, pagamento de taxas e propinas³¹. Não parecem subsistir dúvidas de que as universidades de Paris, Bolonha, Montpellier e Salamanca foram os destinos mais visados pelos letrados do reino na

26 Cf. Anexo, n.º 207.

27 Cf. Anexo, n.º 82, 178, 183.

28 Cf. Anexo, n.º 224.

29 Cf. Anexo, n.º 69.

30 Cf. Francisco da Gama Caeiro – A organização do ensino em Portugal no período anterior à formação da Universidade. Lisboa: [s.n.], 1968. Separata de *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 2-3 (1968).

31 Cf. Rainer Christoph Schwinges – Formação dos estudantes e vida estudantil. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média ...*, p. 234-238.

época em questão, embora com variações em termos dos ritmos de frequência, das observâncias religiosas dos escolares e das áreas preferenciais de estudos.

Assim, o estudo geral de Paris parece ter sido frequentado numa fase mais precoce da cronologia, com a maior parte da sua atração a residir no ensino da teologia e das artes liberais aí ministradas³². Apontaram a Paris sobretudo monges, na maioria ligados à regra de Sto. Agostinho, mas não se alhearam inteiramente desse circuito tradicional os membros de cabidos portugueses, em particular os elementos vinculados à sé de Coimbra. Efetivamente, muitos crúzios parecem ter rumado a Paris, como se percebe das presenças aí sinalizadas, ou suspeitadas, dos bispos Álvaro de Freitas, João Peculiar e Paio, do cardeal João Fróis, dos priores João Pais e Pedro Alfarde, do prior crasteiro Martinho Pais, do prepósito Rodrigo Eanes e dos cónegos regulares João César, Mendo Dias, Parísio e Raimundo³³. Outros agostinianos que apontaram à universidade parisiense foram o bispo Nicolau e o prior Pedro, embora associados ao mosteiro de S. Vicente de Fora, e o cardeal Paio Galvão, este relacionado com o instituto de Sta. Marinha da Costa³⁴.

Fora do universo regrante, o trinitário Gonçalo de Lisboa do convento da SS. Trindade de Santarém³⁵ e o cisterciense Pedro de Espanha³⁶ parecem ter seguido idêntica opção na planificação dos seus estudos, à semelhança do que fizeram os menoritas João Gil de Zamora e Francisco de Coimbra³⁷. À mais prestigiada universidade do período acorreram ainda elementos do clero secular, como Domingos Eanes Jardo, Durão Pais, João Martins de Soalhães e o cónego mestre Martinho da sé de Coimbra³⁸. Uma outra referência vai para Pedro de Montemor, prior da igreja de Montemor-o-Velho, outro dos escolares com passagem certificada por aquela universidade gaulesa³⁹. Mas os nomes maiores entre os escolares portugueses frequentadores do estudo geral parisiense foram indubitavelmente o de Frei Gil de Santarém e o de Pedro Julião, o Papa João XXI⁴⁰.

Quanto ao estudo bolonhês foi também bastante visado por escolares do reino⁴¹. Um movimento que terá atingido a sua maior intensidade no decurso do século XIII, na maior parte composto por indivíduos ligados ao clero secular e com envolvimento, a diferentes níveis, com o serviço da Coroa, todos invariavelmente na

32 Cf. Anexo, n.º 14, 43, 47, 75, 82, 87, 94, 106, 115, 125, 129, 135, 136, 138, 165, 169, 173, 178, 182, 183, 185, 187, 189, 192, 192, 202, 209, 213, 226.

33 Cf. Anexo, n.º 14, 115, 125, 136, 138, 169, 173, 182, 185, 189, 209, 213.

34 Cf. Anexo, n.º 178, 183, 187.

35 Cf. Anexo, n.º 94.

36 Cf. Anexo, n.º 192.

37 Cf. Anexo, n.º 75, 129.

38 Cf. Anexo, n.º 43, 47, 135, 165.

39 Cf. Anexo, n.º 192.

40 Cf. Anexo, n.º 82, 202.

41 Cf. Anexo, n.º 18, 27, 41, 46, 52, 117, 120, 128, 146, 148, 167, 201, 204, 224, 233.

busca de preparação jurídica. Muitos desses mestres alcançaram grande reconhecimento e lugares destacados do serviço régio e eclesiástico. O arrolamento completo de escolares com passagem assente ou suspeitada por Bolonha inclui os prelados Álvaro Pais, Estêvão Eanes de Vasconcelos, Martinho Geraldês, Silvestre Godinho e mestre Vicente⁴², um mestre Bolonil, referido como clérigo régio⁴³, os mestres-escola bracarenses Domingos Domingues, Domingos Peres Vinagre e Pedro Moniz⁴⁴, João de Deus, arcediogo da sé de Lisboa⁴⁵, o deão egitaniense João Domingues⁴⁶, o cónego João Gil da igreja colegiada de Sta. Maria de Guimarães⁴⁷, o chanceler régio Julião Pais⁴⁸, o procurador e advogado régio Lanfranco de Milão⁴⁹ e um Pedro Hispano Português, que não se deve confundir com o referido papa João XXI, também designado frequentemente por Pedro Hispano⁵⁰.

Em relação aos frequentadores do estudo geral de Montpellier que foi possível identificar, ou sobre quem recaíram legítimas suspeitas acerca de uma passagem por esse estabelecimento do *Midi* gaulês, apresentaram um perfil um pouco diferenciado dos letrados achados em Bolonha⁵¹. Embora, na sua essência, também se caracterizassem por uma filiação diocesana e por uma presença mais veemente na centúria ducentista do que na anterior, sobressai um interesse prioritário pela medicina, campo de estudos em que a universidade do sul gaulês se distinguiu, e não tanto pelo direito.

Percebem-se ou deduzem-se ainda estâncias nessa universidade em relação a um certo Domingos Martins⁵², ao bispo Egas Fafes⁵³ ao cónego João Domingues⁵⁴, aos físicos régios Estêvão Moniz, Gil de Leiria, Gonçalo Lever e mestre Martinho⁵⁵, bem como aos físicos apostólicos João Rol e Pedro Julião, que a tradição aponta como tendo frequentado Paris também na condição de escolar⁵⁶. Assume algum protagonismo neste pequeno núcleo de mestres o lote de capitulares associados à diocese de Coimbra, o que talvez possa ser interpretado como um indicador sobre a

42 Cf. Anexo, n.º 18, 52, 167, 224, 233.

43 Cf. Anexo, n.º 27.

44 Cf. Anexo, n.º 41, 46, 204.

45 Cf. Anexo, n.º 117.

46 Cf. Anexo, n.º 120.

47 Cf. Anexo, n.º 128.

48 Cf. Anexo, n.º 146.

49 Cf. Anexo, n.º 148.

50 Cf. Anexo, n.º 201.

51 Cf. Anexo, n.º 45, 50, 56, 81, 97, 119, 141, 166, 202.

52 Cf. Anexo, n.º 45.

53 Cf. Anexo, n.º 50.

54 Cf. Anexo, n.º 119.

55 Cf. Anexo, n.º 56, 81, 97, 166.

56 Cf. Anexo, n.º 141, 202.

formação de um núcleo especializado nas ciências médicas, constituído em torno da escola capitular da cidade.

Por sua vez, à universidade de Salamanca rumaram outros clérigos ligados a instituições do reino⁵⁷. No essencial, pertenceram ao clero secular e mostraram interesse sobretudo em reunir formação legal, num movimento que se começou a desenhar a partir do segundo quartel do século XIII, ou seja, convergente com o momento da fundação da universidade hispânica, mostrando que o estudo geral salmantino se afigurou desde o início como alternativa ao bolonhês na perspetiva dos escolares portugueses interessados em fazer estudos jurídicos⁵⁸. Tinha a inequívoca vantagem da distância sobre Bolonha, mas a desvantagem do menor prestígio. Entre os elementos do grupo mais escolarizado do reino que estudaram em Salamanca, ou de quem há razões fortes para o pensar, contam-se os nomes de Fernando Eanes de Portocarreiro, Gonçalo Pereira, Miguel Peres, Ordonho Álvares e Sancho Peres⁵⁹. Todos bispos ou dignitários capitulares, com ligações apostólicas na sua maior parte, o que parece abonar francamente a qualidade do ensino ministrado no estudo geral ibérico, mesmo reportando a uma fase incipiente do seu funcionamento.

Ainda assim, como o pequeno número de letrados portugueses referenciados na universidade hispânica deixa intuir, a atração de Salamanca nunca foi suficiente para suspender o fluxo dos escolares portugueses para Bolonha durante o século XIII, numa tendência que persistiu ao longo das centúrias seguintes, sem interrupções⁶⁰. Aliás, de forma semelhante, a entrada em funcionamento do próprio *studium generale* português também se mostrou manifestamente incapaz de interromper o circuito rumo ao estudo geral de Bolonha, mesmo que o possa ter atenuado⁶¹.

Sem perturbar a tónica dominante, há que observar algumas dessas tendências introduzindo matizes nas suas leituras, adicionando-lhes elementos que permitam situar melhor os circunstancialismos expostos e relativizar alguns resultados, que podem incorrer com facilidade em leituras demasiado esquemáticas. Assim, em traços gerais, a primazia parisiense e bolonhesa, enquanto destinos favoritos dos futuros mestres e doutores do reino, não provoca qualquer espécie de surpresa; pelo contrário, faz sentido em mais do que uma maneira: em primeiro lugar, devido à precocidade do seu aparecimento no quadro de arranque das universidades europeias,

57 Cf. Anexo, n.º 67, 100, 177, 180, 223.

58 Cf. Vicente Beltrán de Heredia – *Bulario de la Universidad de Salamanca: 1219-1549*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1954, p. 228.

59 Cf. Anexo, n.º 67, 100, 177, 180, 223.

60 Cf. António Domingues de Sousa Costa – *Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*. 2 vols. Bolonia: Real Colégio de España, 1990.

61 Armando Norte – Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 109.

quando existiam poucas alternativas disponíveis⁶²; e, em segundo lugar, dada a qualidade do ensino veiculado nas duas instituições, que lhes assegurou a liderança como polos culturais na época durante um longo período⁶³. Por outro lado, a importância de Paris como nó de grande centralidade na perspetiva de algumas congregações eclesíásticas implantadas em Portugal, como a agostiniana ou a cisterciense, não contrariou essa lógica dominante de atração, antes a reforçou⁶⁴.

Por seu turno, o relativo impacto de Montpellier no conjunto formado pelos eruditos também não é de todo surpreendente, considerando-se a qualidade dos estudos médicos aí desenvolvidos e a circunstância da sua vizinhança territorial face à órbita hispânica⁶⁵. Na mesma linha de pensamento, a presença de letrados na universidade de Salamanca também não suscita reservas pelas razões já mencionadas – a grande proximidade territorial face ao reino português e a oferta do direito como núcleo de estudos principal, matéria que esteve sempre presente nos interesses do clero ligado ao reino, em especial do seu ramo secular⁶⁶. Isto sem prejuízo de o ensino oferecido em Salamanca não se limitar às matérias jurídicas, do mesmo modo que o de Montpellier não se limitou à medicina, o de Bolonha ao direito ou o de Paris à teologia⁶⁷.

O quadro formado pelos frequentadores de cada um dos estudos, assim como a motivação para os ingressos ao nível dos conhecimentos procurados, fazem também sentido genericamente. Com efeito, é perceptível a relativa especialização funcional que se depreende dos percursos reconstituídos. A universidade de Paris dominou a atenção dos interessados no estudo da doutrina e dos estudiosos das artes liberais; Montpellier concitou o interesse de futuros médicos; e Bolonha capitalizou o entusiasmo dos escolares empenhados em obter ensino jurídico-legal, característica partilhada com Salamanca, que emulou, em grande parte, na sua orgânica, o modelo bolonhês⁶⁸.

Não se poderá falar, naturalmente, em lógicas absolutamente causais, mas com segurança em tendências para uma certa diferenciação e complementaridade no posicionamento das universidades da época, mesmo que todas dispusessem de mais do que uma área de estudos. Importa sublinhar que nem todas apresentavam programas de estudos completos no seu interior, pois competia ao Papado certificar as cátedras autorizadas, cabendo em especial à teologia um tratamento excecional

62 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *História das Universidades*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1983, p. 27-31

63 Cf. Mário Farelo – *La peregrinatio académica portugaise vers l'alma mater parisienne...*, p. 5; António Domingues de Sousa Costa – *Um mestre português em Bolonha no século XIII. João de Deus: vida e obras*. Braga: Editorial Franciscana, 1957.

64 Cf. António Domingues de Sousa Costa – *Um mestre português em Bolonha...*, p. 57-58, 94-95.

65 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Les Portugais à l'Université de Montpellier...*

66 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no Estudo de Salamanca...*

67 Cf. Jacques Verger – Modelos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 37-38.

68 Cf. Hilde de Ridder-Symoens – A mobilidade. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 285.

nesse quadro, com a sua docência a ser reservada apenas a alguns, muito poucos, dos estudos gerais consagrados no período⁶⁹.

Num quadro universitário tão reduzido, as dúvidas sentidas colocam-se mais em termos da proporção de letrados ligados ao reino que afluíram aos *studia generalia* do que em relação às presenças nesses espaços, que é indiscutível. Em todo o caso, o quadro geral estabelecido suscita algumas perplexidades e os resultados talvez saiam um pouco maculados por um certo enviesamento da amostra, na medida em que parecem iludir outras realidades que, sem dúvida, se cristalizavam na época e que dificilmente deixariam de se espelhar nas trajetórias observadas pelos escolares.

Assim, sem ser questionável a grande capacidade atrativa do estudo geral parisiense sobre os letrados do reino, até pela sua referida antiguidade, só com alguma dificuldade se percebe que o afluxo aos altos estudos parisienses possa duplicar a afluência a Bolonha, como sugerem os dados recolhidos, até porque ambas as universidades tiveram uma fundação temporal muito próxima, mas, sobretudo, porque a atenção ao direito, que caracterizou o estudo transalpino, parece ter estado em maior sintonia com as preferências reveladas pelo escol de letrados do reino.

Com efeito, a informação recolhida relativa aos percursos escolares talvez enferme de uma certa sobrevalorização das peregrinações académicas a Paris face às deslocações a outros estabelecimentos de ensino superior. Tal fica a dever-se, em parte, a uma tradição arreigada em certos contextos historiográficos, que vem vingando até hoje, como a algum desequilíbrio nas fontes consultadas, muito ligadas ao meio regrente, que efetivamente parece ter tido uma relação privilegiada com esse estudo.

É de crer que a eventual sobrevalorização do estudo geral de Paris encontre contraponto numa certa subvalorização das universidades situadas no sul gaulês, na região do *Midi*, nomeadamente Montpellier e Toulouse, que poderiam ser boas alternativas como destinos de estudos para escolares originários do reino. A última universidade tão-pouco foi vislumbrável no lote das escolhas dos estudantes, o que parece muito improvável, pois um movimento pendular dessa natureza deveria acontecer, mesmo se em escala reduzida. De facto, a posição geográfica do estudo tolosano, situado em plena *Occitânia*, colocava-o numa situação muito interessante para favorecer os acessos de indivíduos que, partindo da Península Ibérica, buscassem uma formação de tipo superior, algo que se confere nos percursos de escolares assinalados para o período imediatamente subsequente⁷⁰. Além da sua fundação antecipar a do estudo geral de Montpellier, Toulouse apresentava ainda uma oferta de ensino pluri-disciplinar, com o direito, a teologia, as artes e a medicina aí lecionados a alcançarem

69 Cf. Monika Aztalos – A faculdade de teologia. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 411-441.

70 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no Estudo de Toulouse...*

uma importante projeção durante a cronologia em causa⁷¹. Ora, esses dados estão longe de conferir com o alheamento posto na sua frequência, pelo que é de acautelar a possibilidade de um défice de informação ou mesmo uma tentação historiográfica excessiva de valorizar o estudo de Paris como destino dos escolares. Nesse sentido, talvez algumas das indicações documentais que versam sobre deslocações estudantis rumo a estudos gauleses possam ser interpretadas como referências a algum dos estudos occitanos – Toulouse e Montpellier – e não, na esteira do que é usual, como menções à universidade parisiense.

À semelhança do que acontece para Toulouse, também confunde a falta de evidências sobre peregrinações académicas de escolares portugueses na direção de Oxford e Cambridge, facto mais surpreendente em relação à primeira universidade do que à segunda, dada a sua precedência histórica, mas não só. O estudo geral oxoniano, criado no século XIII, adquiriu rápida notoriedade, rivalizando a partir de certo momento em importância com o seu homólogo parisiense, no ensino da teologia e das artes liberais⁷². Ambos, além de se assumirem como núcleos fundamentais no ensino de *Sacra Pagina*, figuraram como centros polarizadores da discussão intelectual, divergindo acerca da grande questão aristotélica, que cindiu intelectualmente a época⁷³. Ora, essa irrefutável importância do estudo geral de Oxford no questionamento e reflexão doutrinal, não deixaria de captar a atenção de parte do clero português, além de que o estudo oxoniano parece ter figurado ao longo do século XIV como destino de vários escolares oriundos do território⁷⁴, algo que se pode conceber, pelo menos no plano hipotético, como um hábito enraizado ou, pelo menos, iniciado, na centúria anterior.

O caso de Salamanca merece reservas de outro tipo. É verdade que a sua existência é muito mais tardia do que a fundação das universidades ditas de primeira geração, e disso se ressentem, em parte, como é natural, a sua representatividade no conjunto de letrados enquanto destino de estudos⁷⁵. Mas a vizinhança do estudo salmantino, a interferência de indivíduos portugueses no seu processo fundacional e a forte atenção posta pelo clero do reino nas questões legais, parecem conjugar-se de forma a prenunciar um significativo número de escolares do reino orientados na sua

71 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no Estudo de Toulouse...*, p. 6.

72 Cf. Alain de Libera – The Oxford and Paris tradition in logic. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 174-187.

73 Cf. C. H. Lohr – The medieval interpretation of Aristotle. In *The Cambridge history of later medieval philosophy*. Ed. N. Kretzman, A. Kenny e J. Pinborg. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 80-98.

74 Cf. Peter E. Russel – Medieval Portuguese students at Oxford University. *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte...*, p. 187-188. O autor inventaria um elenco de estudantes portugueses que estudaram em Oxford entre os séculos XIV e XVI. Relativamente ao século XIV, a lista inclui cinco nomes: os franciscanos Fr. Tomás de Portugal e Fr. João de Portugal; os dominicanos Fr. Afonso Fernandes e Fr. Vicente de Lisboa; e o agostiniano Fr. Lourenço de Lisboa.

75 Cf. José Antunes – Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 19-53.

direção⁷⁶. Uma visão que os números absolutos não confirmam de forma inequívoca, pelo que há que admitir neste caso, que as ocorrências pequem por defeito face ao fluxo de circulação que se terá efetivamente verificado.

Ainda em espaço ibérico, não obstante a efemeridade da experiência, merece também algum questionamento o papel desempenhado pela universidade de Palência em termos da sua capacidade de atrair letrados procedentes das fronteiras portuguesas⁷⁷. Não causaria estranheza que se tivesse materializado um circuito de letrados rumo a esse estabelecimento de ensino, mas se tal aconteceu tratou-se, por certo, de um canal muito estreito e pouco duradouro. Os dados recolhidos, de resto, não demonstram qualquer passagem de escolares portugueses pelo estudo palentino, embora se possa acolher essa suspeita, no que se prende com um dos principais argumentos invocados em favor do potencial atrativo reconhecido ao estudo geral de Salamanca, e que é, necessariamente, a proximidade geográfica ao reino. Uma posição que permitiria à universidade de Palência constituir-se com uma alternativa financeira muito vantajosa para os estudantes oriundos do ocidente peninsular menos abonados do ponto de vista financeiro. Porém, é significativa a ausência de registos sobre a frequência de portugueses neste estabelecimento escolar hispânico.

Numa perspetiva bem diferente, algo que não transparece das fontes, ainda que seja referido com insistência em alguns estudos especializados, é a ideia de uma *peregrinatio academica* no seu sentido mais absoluto, não tanto como um fenómeno regular de deslocação de escolares originários de várias paragens na direção de estudos gerais, mas como uma itinerância de indivíduos no interior da rede universitária existente, significando uma presença em várias instâncias de ensino de tipo superior⁷⁸.

Essa conceção mais ou menos idealizada de um conjunto de escolares a transitar livremente no interior de uma rede escolar de tipo superior na procura de melhorar e completar a sua instrução só encontra exemplos abonatórios, para o caso dos escolares portugueses, no percurso de Pedro Julião, o pontífice que ficou conhecido pelo nome de João XXI, ao que parece um antigo frequentador das universidades de Paris e de Montpellier⁷⁹. De facto, para uma grande fatia dos indivíduos a quem se atribui preparação escolar dupla ou até tripla, pouco ou nada se sabe sobre os locais onde receberam a formação, que pode tanto ser o resultado da frequência de um único estabelecimento de ensino como de vários. A invisibilidade de percursos semelhantes ao do papa português não significa, por sinal, a recusa de um modelo viável de aquisição de estudos na época, mas talvez antes passe pelo reconhecimento

76 Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *Portugueses no estudo de Salamanca...*

77 Cf. Ingo Fleisch – The Portuguese clergy and the european universities in the 12th and 13th centuries. In *Carreiras eclesíásticas no ocidente cristão: sécs. XII-XIV*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2007, p. 72-73.

78 Cf. Hilde de Ridder-Symoens – A mobilidade. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 279-280.

79 Cf. Anexo, n.º 202.

de que se pode ter tratado de uma prática mais singular do que habitualmente é conjeturado, pelo menos ao nível dos letrados associados ao reino.

Num paralelo com o sucedido para os lugares de estudo, foi possível certificar o exercício docente, acompanhado por indicações sobre os locais onde ocorreu essa prática, para um quantitativo que supera as seis dezenas de casos, em muitos casos coincidindo os indivíduos⁸⁰. Um número suficientemente interessante do ponto de vista da representatividade para observar tendências e tolerar algumas extrapolações. Mas, de forma bem diferente do que se passou com os locais de aprendizagem, onde a informação recolhida se concentrou nas passagens por estudos superiores, os dados reunidos acerca dos locais de docência repartiram-se por diversos tipos e instâncias de ensino: universitário, certamente; mas também paroquial, claustral e diocesano, aludindo a escolas situadas quer dentro, quer fora de fronteiras. Note-se que, muitas vezes, mais do que as indicações explícitas sobre o serviço docente achadas na documentação, ou na bibliografia especializada, foi a ocupação de certas funções, designadamente o mestre-escolado, que alertou para a condição letiva de vários dos letrados.

Como vem sendo sublinhado, a aquisição de uma graduação num estudo geral configurava, na prática, uma autorização à atividade docente dos titulares do grau, cuja aplicação era universal a toda a rede escolar da Cristandade⁸¹. Isso favoreceu o nivelamento da formação na Europa do tempo, em termos das matérias de ensino, dos programas curriculares, dos autores estudados e das obras consagradas, sem o que seria impossível fomentar a circulação de mestres e alunos pelos diferentes sistemas escolares⁸². Por sua vez, os próprios *magistri* contribuíam para alimentar a homogeneidade do ensino praticado, ao projetarem sobre os escolares a aprendizagem recolhida no decurso da sua passagem por estudos avançados, provocando, assim, um efeito de réplica, multiplicativo.

Apesar de, em tese, os graduados em universidades se destinarem ao ensino, com muita frequência os percursos desenvolvidos acabaram por iludir esse destino anunciado, optando por seguir carreiras alternativas, dispersas por vários locais e funções⁸³. Muitos desses mestres, pertencentes ao clero catedralício, ingressaram em dignidades capitulares, mas, nesse caminho, preteriram o mestre-escolado, que configura-

80 Cf. Anexo, n.º 9, 10, 14, 25, 26, 29, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 54, 58, 69, 79, 82, 86, 92, 93, 101, 102, 105, 117, 120, 125, 129, 136, 137, 138, 141, 142, 149, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 191, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 215, 220, 222, 224, 233.

81 Cf. Walter Rüegg – Temas. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 14-15.

82 Cf. Saul António Gomes – A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. In *História religiosa de Portugal*. Dir. C. M. de Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. A. M. Jorge e A. M. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 387-388.

83 Cf. Peter Moraw – Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 243-275.

ria a escolha óbvia para alguém munido com um certificado habilitando à docência⁸⁴; ou, então, usaram-no apenas como etapa intermédia de um percurso mais ambicioso, em função de lógicas e interesses pessoais de progressão na carreira, como sucedeu, por exemplo, com vários dos letrados achados ao serviço da sé de Lisboa⁸⁵, de acordo com estratégias que não deixavam, em grande medida, de estar articuladas com as perseguidas pelos grupos a que pertenciam. Já outros preferiram servir-se dos conhecimentos adquiridos em altos estudos como alavanca para se projetarem ao serviço da Coroa e nos quadros do oficialato régio. Dois caminhos que não eram necessariamente alternativos, pois os serviços régios e eclesiásticos foram altamente conciliáveis, situação para que se vem alertando, e que será desenvolvida a seu tempo⁸⁶.

Em suma, a ambição sentida por essa elite mais culta e escolarizada de ocupar funções de maior relevo, protagonismo e responsabilidade do que o mestre-escolado levou à multiplicação de opções de carreira no interior do grupo, distanciando-se muitas vezes do simples desempenho de funções docentes para privilegiar a acumulação de cargos e o desempenho de lugares prestigiados e de poder, visando a integração em reitorados e prelaturas, no oficialato régio e, até, em lugares da câmara apostólica.

Não obstante essa variedade de percursos, um conjunto relativamente considerável dos letrados examinados permaneceu fiel à aptidão para o ensino creditada pela *licentia docendi*. Esses indivíduos ocuparam posições como lentes, gramáticos e mestres-escola, previsivelmente nas casas das suas observâncias iniciais, após o retorno ao território, uma vez cumpridos os respetivos ciclos de estudos, mostrando a peregrinação académica tipicamente como um fenómeno de saída com regresso.

É possível discernir, por exemplo, no seio do clero secular, vários letrados a exercer os lugares de mestres-escola nas principais sés do reino, designadamente em Braga, Porto, Coimbra, Lamego e Lisboa. Assim, na arquidiocese do reino identificam-se os nomes de Domingos Domingues, Domingos Peres Vinagre, Martinho Geraldês, mestre Miguel e Pedro Moniz⁸⁷. A sé do Porto contou, entre os seus

84 Cf. Francisco da Gama Caeiro – A organização do ensino em Portugal..., p. 8-11.

85 Cf. Mário Farelo – *O cabido da sé de Lisboa e os seus cônegos*. Tese de mestrado em história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 1. Lisboa: [s.n.], 2003, p. 71-72.

86 Sobre a conformidade entre o serviço régio e eclesiástico de letrados são bem elucidativos os trabalhos produzidos por Rui de Azevedo, em relação a Afonso Henriques; Maria João Branco, sobre Sancho I e Afonso II; Leontina Ventura, quanto a Afonso III; e Hermínia Vilar, no que se refere a D. Dinis. Cf. Rui de Azevedo – A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII: linhas gerais da sua evolução. Parte I: documentos de Afonso Henriques. Coimbra: Imprensa Académica, 1938. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. 14 (1940) 1-54; Maria João Violante Branco – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Tese de doutoramento em história medieval apresentada à Universidade Aberta. 2 vols. Lisboa: [s.n.], 1999; Leontina Ventura – *A nobreza de corte de Afonso III*. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: [s.n.], 1992; Hermínia Vasconcelos Vilar – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999; Hermínia Vasconcelos Vilar – O episcopado do tempo de D. Dinis. Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas: 1279-1325. *Arquipélago-História*. 5 (2001) 581-604.

87 Cf. Anexo, n.º 41, 46, 167, 176, 204.

escolásticos, com os graduados João Pais, Paio Tomé e Pedro Salvadores, que mais tarde foi sagrado bispo nessa diocese⁸⁸. Por seu turno, ligados à principal igreja de Coimbra acharam-se os mestres Gonçalo, Guilherme, João, João Pais, João Peculiar e Pedro⁸⁹. Já na diocese de Lamego há notícia apenas de um único mestre-escola: mestre Aires⁹⁰. Quanto à catedral de Lisboa, estão referenciados como ocupantes da dignidade Álvaro de Freitas, que chegou a bispo da diocese, Estêvão Rodrigues, que também foi arcebispo de Santarém, o capelão apostólico João Rol, o capelão régio Mateus e Pedro Julião⁹¹.

O exercício do mestre-escolado por letrados não se limitou a instituições diocesanas. Está certificado também em duas colegiadas que atingiram grande relevo cultural no território: Sta. Maria de Guimarães e Sta. Maria de Alcáçova de Santarém. Na igreja vimaranense lecionaram Domingos Fernandes, Estêvão Mendes e o cardeal Paio Galvão⁹²; enquanto na casa escalabítana aparece referenciado um certo mestre Godinho⁹³.

Foram ainda rastreados vários leitores com formação superior entre os elementos das ordens mendicantes. Uma realidade mais notória, em qualquer caso, para os frades dominicanos do que para franciscanos. Nessa condição explícita de lentes relacionaram-se com a comunidade franciscana os doutores Aires e Martinho Mendes, ambos professos no convento de S. Francisco de Lisboa⁹⁴; João Gil de Zamora, que foi ministro da província de Portugal e docente em S. Francisco de Zamora⁹⁵; e o peripatético Sto. António que terá dado lições de teologia nas casas menoritas de Montpellier, Toulouse, Pádua e Bolonha, lugares por onde passou as suas itinerâncias⁹⁶.

Por sua vez, os lentes dominicanos dispersaram-se pelos principais conventos implantados no reino: Domingos de Santarém, Pedro Pais e Rodrigo Peres de Elvas, na casa de Santarém⁹⁷; Geraldo Domingues e P. de Alquerio na filial lisboeta⁹⁸; mestre Lopo, em Coimbra⁹⁹; Domingos Bom e Rodrigo Esteves no mosteiro portuense¹⁰⁰; e Bartolomeu Eanes e Gonçalo de Guimarães, na casa vimaranense da ordem¹⁰¹.

88 Cf. Anexo, n.º 137, 184, 207.

89 Cf. Anexo, n.º 92, 102, 105, 136, 138, 186.

90 Cf. Anexo, n.º 1.

91 Cf. Anexo, n.º 14, 58, 141, 170, 202.

92 Cf. Anexo, n.º 44, 54, 183.

93 Cf. Anexo, n.º 86.

94 Cf. Anexo, n.º 10, 168.

95 Cf. Anexo, n.º 129.

96 Cf. Anexo, n.º 69.

97 Cf. Anexo, n.º 40, 205, 220.

98 Cf. Anexo, n.º 79, 181.

99 Cf. Anexo, n.º 149.

100 Cf. Anexo, n.º 39, 215.

101 Cf. Anexo, n.º 26, 93.

No universo mendicante foi muito mais estreito e causal o nexó entre a aquisição de graus universitários e o posterior desempenho docente do que aconteceu com os elementos capitulares de sés e de paróquias em relação ao exercício do mestre-escolado. Aliás, o modelo de recrutamento de leitores para o ministério nas duas ordens de frades dependeu, em grande parte, dos frequentadores de estudos gerais¹⁰². Ou seja, o envio de mendicantes para estudos gerais neste período obedeceu, certamente, à intenção de os preparar da forma mais conveniente para assumir o ofício de leitores.

Tentando resumir a questão, em ambientes franciscanos e dominicanos foi muito maior a especialização dos licenciados em estudos gerais, na sua maioria apon-tados à docência, do que se passou com o clero secular, onde se verificou uma maior dispersão dos mestres e doutores por funções marginais à prática pedagógica. Ora, esse é um dado muito significativo em termos das expectativas e trajetões de carreiras dos escolares ligados ao mundo mendicante quando comparados com os percursos à disposição dos membros do clero catedralício graduados por altos estudos: os primeiros canalizados essencialmente para a atividade docente, e os segundos a diversificarem bastante mais as suas saídas.

Ainda no âmbito claustral, há notícia de um monge cisterciense que foi professor no mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça: mestre Domingos Eanes¹⁰³. Causa estranheza a escassez de letrados ligáveis à Ordem de Cister, contrastando abertamente com o reconhecido nível cultural da ordem, pelo menos no que se refere à casa alcobacense. Por seu lado, no respeitante à comunidade regrante estabelecida no reino, foi possível associar ao ensino vários nomes. Assim, em Sta. Cruz de Coimbra desempenharam atividade letiva o prior João Pais, Mendo Dias, Mendo Gonçalves, mestre Raimundo e o presbítero Salvado¹⁰⁴, enquanto no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, a responsabilidade pela docência esteve entregue a mestre Paio, antes de ser conduzido a bispo de Évora, ao prior da instituição, Pedro, e a Pedro Peres, que chegou a ser, a dada altura, procurador do mosteiro¹⁰⁵. Entre o monaquismo beneditino de feição mais tradicional, o único caso conhecido de um letrado encontrado ao serviço pedagógico foi o de mestre Domingos, ligado ao mosteiro de Sta. Maria de Lorvão, numa altura em que no mosteiro se fazia essa observância¹⁰⁶.

Do exposto, parece plausível admitir, como se referiu antes, que a opção preferencial dos escolares do reino enviados ao exterior para seguir estudos, uma vez encartados com a *licentia docendi*, fosse no sentido de um retorno rápido ao território

102 Cf. Fernando Félix Lopes – Escolas públicas dos franciscanos em Portugal antes de 1308. In *Coleção de estudos de história e de literatura*. Vol. 2: *A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 365.

103 Cf. Anexo, n.º 42.

104 Cf. Anexo, n.º 136, 173, 174, 209, 222.

105 Cf. Anexo, n.º 182, 187, 206.

106 Cf. Anexo, n.º 37.

de origem. Acontece que nem todos devem ter consumado esse regresso, e outros, mesmo acabando por voltar ao reino, não o fizeram imediatamente após a conclusão dos respetivos estudos. Uma demora que foi provocada, nalgumas situações, pela exploração de novas oportunidades de carreira, nomeadamente na cúria pontifícia e em casas eclesiásticas estrangeiras, onde receberam benefícios, mas também pelo prolongamento dos percursos universitários, na condição de escolares, de professores, ou até de oficiais universitários.

No que se refere aos professores em estudos gerais, a historiografia especializada vem defendendo para a universidade parisiense, numa tese entretanto estendida aos restantes estabelecimentos universitários, a atuação dos seus escolares como lentes por um período geralmente estimado em dois anos, pelo menos numa fase primitiva do seu funcionamento¹⁰⁷. Nenhuma das notícias obtidas sobre os letrados permite, contudo, ratificar essa *praxis*, mas também não a desmentem. Em todo o caso, é efetivamente mais fácil de admitir um tal procedimento para uma época precoce da vida dos estudos gerais, perante um contingente bem mais reduzido de docentes e de discentes, do que para uma época posterior, marcada por uma relativa massificação dos públicos escolares¹⁰⁸. Nessa medida, é talvez mais aceitável a hipótese de que no recrutamento de docentes ao nível universitário se atendesse, sobretudo, às qualidades intelectuais demonstradas pelos estudantes; ou, então, supor uma evolução da fórmula, com uma solução a dar lugar à outra, perante o cenário de crescimento das instituições universitárias e dos respetivos corpos académicos.

A monitorização das instâncias de ensino frequentadas pelos letrados mostrou parte do grupo a dar aulas, a nível superior, em sítios como Bolonha, Paris e Salamanca – localizações, em grande parte, adivinháveis, por ser expectável uma relativa simbiose entre os circuitos escolares e os circuitos docentes. De professores no estudo bolonhês há notícias do arcediogo João de Deus, do deão egitaniense João Domingues, do mestre-escola Pedro Moniz e dos bispos Silvestre Godinho e mestre Vicente¹⁰⁹. Na universidade de Paris parecem ter dado lições, em diferentes épocas, o bispo de Évora Durão Pais, o dominicano Frei Gil de Santarém, o cardeal bispo sabinense João Fróis e o papa Pedro Julião¹¹⁰. Todos indivíduos de grande notoriedade, com percursos protagonizados ao mais alto nível eclesiástico. Por sua vez, no estudo salmantino é provável que tenha lecionado o cónego da sé de Lamego Miguel Peres¹¹¹.

107 Cf. Jacques Verger – Os professores. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 143-167.

108 Cf. Louis-Jacques Bataillon – L'università. In *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*. Dir. G. Cavallo, C. Leonardi e E. Menestó. Vol. 3: *La ricezione del testo*. Roma: Salerno Editrice, 1995, p. 415-428.

109 Cf. Anexo, n.º 117, 120, 204, 224, 233.

110 Cf. Anexo, n.º 47, 82, 125, 202.

111 Cf. Anexo, n.º 177.

Excêntricos a essas rotas, assinalam-se os desempenhos docentes de três elementos do grupo. Na universidade de Siena terá lecionado Pedro Julião, antes de ser nomeado pontífice, somando essa docência à ministrada no estudo parisiense e àquela que terá exercido na sé de Lisboa, no período em que aí residiu como mestre-escola¹¹². Por seu turno, no estudo geral de Calahorra é apontado o exercício de atividades pedagógicas a dois indivíduos: o tesoureiro viseense João Soares e Pedro Salvadores, o futuro bispo do Porto¹¹³.

Finalmente, ainda em contexto ibérico, um segmento do grupo associado a uma cronologia mais tardia deve ter lido no estudo geral de Lisboa. O que revela que a fundação universitária portuguesa, nos primórdios da sua existência, recorreu, com alguma insistência, à elite intelectual disponível no reino para preencher as necessidades pedagógicas sentidas¹¹⁴. Esse recrutamento inicial parece ter decorrido a uma escala eminentemente local, apoiada em particular nos recursos humanos disponíveis na sé lisboeta e no mosteiro regante de S. Vicente de Fora. Estiveram nessas circunstâncias mestre Bartolomeu, raçoeiro da sé de Lisboa; Estêvão Rodrigues, arcediago e mestre-escola também da igreja de Lisboa; mestre Cernoto; o regante vicentino Gregório; bem como mestre Mendo, Pedro Cardinal e o capelão cardinalício Raimundo Lourenço¹¹⁵.

Noutro sentido, pelo menos dois dos elementos com prática de ensino foram docentes em mais de um estudo geral: Sto. António percorreu vários estudos franciscanos, nomeadamente Pádua, Bolonha e Toulouse, aos quais se deve juntar, porventura, Montpellier; e o referido Pedro Julião ensinou, ao que parece, nos estudos gerais de Siena e de Paris¹¹⁶. É certo que os percursos de ambos foram, em si mesmos, bastante excepcionais, mas a peregrinação que executaram por mais de um estabelecimento de ensino não terá sido um atributo exclusivamente seu. Alguns mestres do reino devem ter passado por experiências similares, percorrendo mais do que um estudo geral e colocando aos serviços desses estabelecimentos as suas competências letivas. Uma atuação nesses termos conformar-se-ia, de resto, com a tendência da época ao nível dos trajetos docentes de mestres universitários¹¹⁷. Um fenómeno de mobilidade interuniversitária sincrónico com a rotação de estudantes no interior da malha formada pelos estabelecimentos de ensino superior. Contudo, apesar das

112 Cf. Anexo, n.º 202.

113 Cf. Anexo, n.º 142, 207.

114 Cf. Armando Norte – Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 89-147.

115 Cf. Anexo, n.º 25, 29, 58, 101, 172, 191, 210.

116 Cf. Anexo, n.º 69, 202.

117 Cf. François Menant; Etienne Anheim – Mobilité sociale et instruction. Clercs et laïcs du milieu du XIII^e au milieu du XIV^e siècle. In *La mobilità sociale nel medioevo: rappresentazioni, canali, protagonisti, metodi d'indagine*. Atti. Dir. S. Carocci. Rome: [s.n.], 2010, p. 335-373.

suspeitas relativas a essas práticas, nenhuma das duas realidades é facilmente divisível a partir dos trajetos dos mestres ligados ao reino.

É conhecido que, após a sua fundação, os estudos gerais da Cristandade sofreram uma gradual complexificação das respetivas estruturas internas, levando à criação e desenvolvimento de um corpo burocrático-administrativo relativamente extenso, sob a forma de um oficialato especializado capaz de atender às crescentes exigências postas ao seu funcionamento¹¹⁸. Necessidades que se fizeram sentir no plano da representação institucional das tutelas universitárias, do enquadramento formal dos corpos diretivos, dos apoios concedidos às atividades docentes, dos métodos de gestão patrimonial e financeira observados, como da admissão e acolhimento de estudantes, apenas para invocar as matérias de foro administrativo mais relevantes¹¹⁹.

Essas incumbências, por norma, exigiam competências e saber específicos e, portanto, uma preparação acima da média. Por essa razão o recrutamento dos quadros parece ter recaído, amiúde, nos próprios corpos docentes e escolares das instituições recrutadoras ou de outras homólogas, ou então em antigos *alumni* ou *magistri*, como se verificou, para uma época mais tardia, no estudo geral português¹²⁰. Entre o lote de letrados que foram chamados a ocupar funções universitárias em estabelecimentos de ensino superior fora do reino, puderam identificar-se Domingos Peres Vinagre, dignitário na arquidiocese de Braga, Durão Pais, que chegou a bispo de Évora, o deão bracarense Fernando Eanes de Portocarreiro e o cónego e chantre lamecense Miguel Peres¹²¹.

Quanto a Durão Pais, recebeu a nomeação como procurador apostólico no estudo geral de Paris, onde estudou e ensinou¹²². A designação como procurador apostólico remete necessariamente para um cargo prestigiante, considerando-se a preponderância tida pelo Papado na consagração oficial dos *studia generalia* – lembre-se que era ao papa que cabia outorgar esse caráter formal às escolas –, a que se deve juntar o poder e influência que os pontífices sempre procuram exercer sobre as universidades, em geral, e sobre a parisiense, em particular¹²³. De facto, no âmbito da Cristandade, o estudo geral de Paris foi, sem dúvida, e durante muito tempo, o grande núcleo de preparação e discussão teológica, a que se juntou Oxford numa fase posterior, pelo que a presença do Papado no seu interior sempre se fez sentir com

118 Cf. Aleksander Gieysztor – Gestão e recursos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 107-141.

119 Cf. Aleksander Gieysztor – Gestão e recursos..., p. 107-141.

120 Cf. Armando Norte – Processos de institucionalização do Estudo Geral português. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 176-179.

121 Cf. Anexo, n.º 46, 47, 67, 177.

122 Cf. Anexo, n.º 47.

123 Cf. Paolo Nardi – Relações com as autoridades. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 75-104.

enorme força, apesar das inúmeras disputas pela sua tutela desde o seu início, e que muito abalaram a respetiva autonomia, fortemente espartilhada entre as aspirações pontificais, episcopais, régias e municipais¹²⁴. Não só a nomeação de Durão Pais ao cargo se afigura prestigiante em si mesma, por se tratar de uma representação ao mais alto nível na mais importante universidade do período, como denota, por outro lado, o ascendente que o cónego bracarense, futuro bispo de Évora, conseguiu junto da cúria romana.

No que respeita ao clérigo da sé de Lamego, Miguel Peres foi indigitado como membro da junta universitária de justiça do estudo geral de Salamanca¹²⁵, órgão com as características de um tribunal especializado, destinado a dirimir as contendas de foro universitário, cuja criação foi decretada pelo rei Fernando III de Leão e Castela¹²⁶. Funções em tudo semelhantes, e em data próxima, às que foram exercidas pelo deão Fernando Eanes de Portocarreiro¹²⁷. O cónego lamecense e o deão de Braga estão dados como estudantes e, quiçá, mestres no estudo salmantino, ambos com grande probabilidade versados em direito, como o sugerem, aliás, as próprias nomeações para a comissão arbitral da universidade de Salamanca¹²⁸. A criação de tribunais especializados, à margem das instâncias judiciais comuns, constituiu uma prática bastante corrente nos territórios que acolheram universidades, em resultado dos muitos litígios que se verificavam entre as comunidades estudantis e as populações locais, levando à constituição de jurisdições próprias de julgamento e de apelação para o julgamento de matérias disciplinares¹²⁹. A necessidade de criar tribunais especiais atendeu a várias causas, desde o choque entre os diferentes estilos de vida de populares e universitários¹³⁰, até à proteção e enquadramento com privilégios de mestres e escolares, em função das necessidades sentidas pelos monarcas e eclesiásticos de angariarem indivíduos bem preparados culturalmente e detentores de formação avançada, atitudes que se podem detetar, de resto, na própria universidade portuguesa desde a sua entrada em funcionamento¹³¹.

Por seu turno, Domingos Peres Vinagre foi designado como árbitro num processo eleitoral destinado a eleger o reitor do estudo geral de Bolonha, universidade

124 Cf. Jacques Le Goff – *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Estúdios Cor, 1983, p. 73-81.

125 Cf. Anexo, n.º 177.

126 Cf. José Antunes – Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 23-24.

127 Cf. Anexo, n.º 67.

128 Cf. Anexo, n.º 177.

129 Cf. Aleksander Gieysztor – Gestão e recursos. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 112.

130 Cf. Rainer Christoph Schwinges – Formação dos estudantes e vida estudantil. In *Uma história da universidade na Europa*. Dir. W. Rüegg. Vol. 1: *As universidades na Idade Média...*, p. 222-227.

131 O cartulário da universidade portuguesa reúne numerosas cartas de privilégio emitidas pelas instâncias protetoras em benefício de escolares e de professores desde os primeiros anos de funcionamento do estudo geral. Cf. *CUP*, I.

onde ingressou para cursar matérias jurídicas¹³². O reitorado era, como ainda é hoje, o órgão máximo na hierarquia das corporações universitárias, com os reitores a disporem de grande capacidade decisória ao nível da administração e do ensino, aliadas às funções de máxima representação institucional que também lhes eram cometidas¹³³. Nessa medida, a indigitação do mestre-escola bracarense para a arbitragem de um processo eleitoral envolvendo um órgão tão prestigioso é bastante definidora do estatuto e consideração que adquiriu no interior do estabelecimento de ensino.

O provimento de homens de letras do reino em funções universitárias, mesmo com carácter episódico, corrobora várias tendências que vêm sendo afirmadas para os letrados do reino. As nomeações, apesar de pouco substantivas e da falta de outros elementos, parecem reforçar a importância que se vem procurando reconhecer às clientelas como formas de promoção social e institucional no interior da cronologia, já que as suas indigitações devem ter beneficiado de intervenções apostólicas, no caso de Durão Pais, ou de ratificações régias, como aconteceu com Miguel Peres e Fernando Eanes de Portocarreiro, ou ainda de um reconhecimento feito por pares, na base da chamada de Domingos Peres Vinagre ao supervisionamento da eleição para o reitorado. Em segundo lugar, apesar da sua raridade, ou por causa dela, as indigitações recebidas, atendendo às suas coordenadas espaciais, assinalam os principais corredores de circulação estabelecidos entre letrados do reino e instituições de ensino superior, os quais passavam, como se vem afirmando, de forma quase invariável por Paris, Bolonha e Salamanca – inquestionavelmente os eixos mais largos, mais percorridos e que se mantiveram ativos de forma mais persistente.

A *peregrinatio academica* da fundação do estudo geral português ao final do século XV¹³⁴

Atendendo a que os dois últimos séculos da Idade Média parecem ter, cada qual, uma especificidade que os individualiza face aos demais e, bem assim, um face ao outro, pareceu oportuno dividir cronologicamente a análise deste período em duas fases, uma primeira dizendo respeito ao fenómeno durante o século XIV e uma segunda abordando a *peregrinatio* no século XV.

132 Cf. Anexo, n.º 46.

133 Cf. Armando Norte – Processos de institucionalização do Estudo Geral português. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 177-178.

134 Os resultados aqui apresentados derivam da investigação desenvolvida por André de Oliveira Leitão no âmbito do seu doutoramento sobre *Escolares portugueses na Christianitas (séculos XII-XV): circulação, redes e percursos* (SFRH/BD/77835/2011), presentemente em curso.

A *peregrinatio* trecentista

O século XIV encontra-se fracamente representado no *Chartularium*. Com efeito, apenas o primeiro volume e parte do segundo cobrem aquela centúria; o século XV espraia-se, em comparação, por mais de sete volumes! Se a centúria de trezentos continua a ser um dos períodos mais estudados no que à história da universidade medieval portuguesa diz respeito (tendo sido produzidos inúmeros textos sobre o contexto da fundação e das sucessivas deslocalizações operadas entre Lisboa e Coimbra), não é menos verdade que, paradoxalmente, é talvez ainda o período mais obscuro da instituição universitária portuguesa, mau grado a edição do *Chartularium*; só muito recentemente os estudos de fundo contidos no volume *A universidade medieval em Lisboa*¹³⁵, baseados na documentação ali coligida, parecem inverter essa tendência.

Sumariamente, a documentação compulsada no *Chartularium* revela a presença, no século XIV, de portugueses em pelo menos sete estudos gerais (bastante representativos do espírito universitário da época) e, subsidiariamente, das formações que os portugueses que a eles se dirigiam desejavam obter – Bolonha, Cambridge, Montpellier, Oxford, Paris, Salamanca e Toulouse. Não menos importantes são, sobretudo nos meados dessa centúria, as presenças de letrados estrangeiros em Portugal, demonstrando – com as limitações impostas pela documentação – a plena integração do reino português numa importante rede de circulação de pessoas e conhecimentos no âmbito da cristandade latina. A fim de se obter uma visão de conjunto, porém, há que compulsar estes dados com os já colhidos por Veríssimo Serrão, Sousa Costa, Peter Russell ou Mário Farelo sobre a frequência universitária portuguesa no estrangeiro no século XIV.

Dos 13 portugueses arrolados para este período – amostragem necessariamente escassa e, por conseguinte, talvez pouco representativa – verifica-se que alguns deambularam por várias universidades (nos demais casos, ainda que tal seja provável, a documentação não no-lo permite inferir), tendo quatro frequentado o estudo de Paris (Afonso Dinis¹³⁶, Geraldo Fernandes¹³⁷, João Fogaça¹³⁸ e Fr. Tomé de Portugal, O.F.M.¹³⁹), três o de Bolonha (Gil Martins¹⁴⁰, João Afonso das Regras¹⁴¹, Martim

135 Atente-se, sobretudo, nos ensaios de Armando Norte – Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 89-147, e de Mário Farelo – A *universitas* no labirinto: poderes e redes sociais. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 187-233; Mário Farelo – Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 235-265.

136 Cf. Anexo, n.º 5.

137 Cf. Anexo, n.º 80.

138 Cf. Anexo, n.º 124.

139 Cf. Anexo, n.º 228.

140 Cf. Anexo, n.º 85.

141 Cf. Anexo, n.º 109.

Afonso da Charneca¹⁴²) e outros três o de Montpellier (Mestre Afonso¹⁴³, Estêvão Miguéis¹⁴⁴ e João Afonso Coelho¹⁴⁵), dois o de Salamanca (Lourenço Eanes¹⁴⁶ e Fr. Tomé de Portugal¹⁴⁷) e outros tantos o de Toulouse (Afonso Domingues de Linhares¹⁴⁸ e Fr. Tomé de Portugal¹⁴⁹); Cambridge (Fr. Tomé de Portugal¹⁵⁰) e Oxford (Fr. Pedro, O.P.¹⁵¹) surgem referidos com apenas um.

Além da presença em Paris e Bolonha (as universidades que estão na base dos dois modelos de organização dos estudos gerais medievais – em torno da figura dos mestres, a primeira, e dos escolares, a segunda), parece de destacar a aparente preponderância do estudo de Montpellier (e, genericamente, dos estudos gerais franceses aí constantes). Ainda que para esta sobre-representação possa contribuir o escasso número de informes coligidos para este período no *Chartularium*, deformando em larga escala a ideia que se tem do arquivo e, por conseguinte, a matéria em análise, não é menos certo que Montpellier era, de entre os principais estudos gerais desta época, aquele que se situava a menor distância daquele que foi, ao longo da maior parte do século XIV, o centro político e institucional da Cristandade, primeiro como indisputável cabeça da Sede Apostólica (1309-1377) e, depois, como uma das sés episcopais que disputava, a par de Roma, a primazia do governo da Igreja Católica (1378-1417): Avinhão.

Quanto à divisão das áreas de estudo pelas diferentes universidades, verifica-se que os portugueses rumavam a Montpellier para obter formação em medicina (Afonso Dinis e Mestre Afonso), direito canónico (Estêvão Miguéis) e direito civil (João Afonso Coelho); a Bolonha para os estudos em direito romano (Gil Martins, João das Regras, Lopo Afonso e Martim Afonso); a Paris para a formação nas artes liberais (Geraldo Fernandes, João Fogaça e Fr. Tomé de Portugal), mas também na medicina e na teologia (João Fogaça); a Salamanca para medicina (Lourenço Eanes) mas também teologia (Fr. Tomé de Portugal); a Toulouse para ambos os direitos (Afonso Domingues de Linhares) e teologia (Fr. Tomé de Portugal) e, finalmente, aos estudos ingleses para a teologia (Fr. Tomé de Portugal e Fr. Pedro).

Todos os indivíduos arrolados para este período no *Chartularium* estavam vinculados a um dos três grandes poderes medievais, exercendo o seu múnus no serviço régio (*regnum*), na igreja (*sacerdotium*) ou na academia (*studium*). Entre

142 Cf. Anexo, n.º 163.

143 Cf. Anexo, n.º 3.

144 Cf. Anexo, n.º 55.

145 Cf. Anexo, n.º 108.

146 Cf. Anexo, n.º 153.

147 Cf. Anexo, n.º 228.

148 Cf. Anexo, n.º 38.

149 Cf. Anexo, n.º 228.

150 Cf. Anexo, n.º 228.

151 Cf. Anexo, n.º 188.

os primeiros, contam-se os doutores bolonheses João das Regras, Gil Martins ou Martim Afonso da Charneca, todos eles formados em direito romano e todos eles conselheiros de D. João I desde a sua chegada ao poder, ainda quando mestre de Avis e, mais tarde, já quando rei; enquanto os dois primeiros viriam a ser chanceleres-mores do reino (acumulando, a dada altura, com o exercício dos seus cargos palatinos, a muito significativa função de protetores do Estudo Geral – antes de esta ser cometida a membros da família real e, mais tarde ainda, ao próprio monarca), Martim Afonso viria a ser, sucessivamente, bispo de Coimbra (1386-98) e arcebispo de Braga (1398-1416), embora tenha mantido sempre, em paralelo, a sua posição de conselheiro¹⁵². João Fogaça estava vinculado ao serviço régio e eclesiástico, tendo sido médico da rainha de Portugal, D. Beatriz (esposa de D. Afonso IV), além de cónego em Segóvia. Afonso Domingues de Linhares foi cónego em Coimbra e Lisboa, e Mestre Afonso havia sido, para além de médico, cónego prebendado na sé de Lisboa. Quanto aos demais, andavam vinculados não só ao estudo, mas também à igreja: Estêvão Miguéis era cónego de Évora e lente de decretos no estudo de Coimbra; Geraldo Fernandes era cónego em Coimbra e lente de medicina em Paris; João Afonso Coelho, sobrinho de Afonso Dinis¹⁵³, fora professor de leis em Montpellier e era, desde meados da década de 1350, lente de decretais na universidade de Lisboa; Lourenço Eanes era clérigo da diocese de Silves e foi lente de medicina em Salamanca durante vários anos, segundo o rótulo de súplicas do cardeal-bispo de Frascati (7 de agosto de 1363¹⁵⁴). Finalmente, Afonso Dinis fez o pleno, tendo sido professor na universidade de Paris, médico e secretário de D. Afonso IV e, finalmente, promovido ao episcopado, sendo sucessivamente bispo da Guarda (1346-47) e de Évora (1347-52).

Merecem também particular destaque os dois frades mendicantes, um franciscano (Fr. Tomé) e outro dominicano (Fr. Pedro), que passaram pelos estudos gerais de Cambridge e Oxford. O primeiro destes frades, referido como *Thomas Portugalsis* em bula de Gregório IX com data de 28 de setembro de 1371, afigura-se-nos o exemplo perfeito da *peregrinatio academica* medieval: fora, durante vários anos, lente de artes e teologia nas partes de Inglaterra e, subsequentemente, na província portuguesa da sua ordem, tendo depois passado a Salamanca, Paris, e regressado a Portugal, para mais tarde voltar a Inglaterra, por ter sido eleito para ler o *Livro das Sentenças*, de Pedro Lombardo, no estudo de Cambridge. Seria certamente um clérigo próximo do rei, como se depreende do articulado da bula, que parece ser uma

152 Sobre estas figuras, veja-se Armando Luís de Carvalho Homem – Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos “privados” de D. João I. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 4 (1987) 9-68. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf>, e ainda Armando Luís de Carvalho Homem – *O Desembarço Régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

153 Cf. Mário Farelo – *A universitas no labirinto...*, p. 208.

154 *CUP*, I, 221.

resposta a uma súplica expedida por D. Fernando ao papa, e pela qual Gregório IX concedia ao menorita que pudesse ler também as *Sententiarum* em Toulouse, depois de ser examinado por quatro mestres desse Estudo e considerado apto, após o que obteria a *licentia docendi* para exercer as suas funções na faculdade de teologia daquele estudo¹⁵⁵.

Quanto a Fr. Pedro, surge mencionado, em 1394, no Livro das Vereações da Câmara Municipal do Porto, dizendo-se que “prazendo a deus entendia dhir aprender a sseu estudo a Ixonya e que el nom tijna como seguisse o dito studo ssem [a]juda de deus [...] pedia [...] pera seu estudo das rrendas dos espitaaes da dita cidade”¹⁵⁶. Em resposta, a Câmara do Porto decidiu conceder-lhe uma subvenção no valor de trezentas libras portuguesas, a sacar das rendas do Hospital do Rocamador, a fim de poder continuar os seus estudos em Oxford.

Estes dois exemplos, constituindo casos isolados de deslocação às ilhas britânicas, parecem demonstrar uma vocação dos frades mendicantes portugueses para se deslocarem às universidades inglesas, como lentes das Ordens dos Pregadores e dos Frades Menores – fenómeno, de resto, já visível no século XIII e ainda observado na documentação do primeiro quartel do século XVI¹⁵⁷. É provável que esta deslocação se enquadrasse num universo mais amplo, propiciado pelas próprias ordens em que ambos professaram; no entanto, a verificação desta linha de estudo carece ainda de um estudo mais aprofundado.

Importa também reter os nomes de vários outros clérigos que, possuindo algum grau académico, detiveram benefícios em dioceses portuguesas, atestando, se não a sua *peregrinatio* (alguns certamente não se terão deslocado aos locais onde colhiam os frutos das suas prebendas), ao menos a incorporação do mais ocidental reino da *Christianitas* numa rede eclesiástica que compreendia toda a *Latinitas*. Tais os casos do mestre Raimundo Lourenço, professor de direito civil, capelão do cardeal-diácono do título de Sto. Eustáquio (Pietro Colonna) e cónego em Lisboa (1296)¹⁵⁸; do doutor em leis Guillaume de Cunho, professor de direito civil (1316)¹⁵⁹, capelão de João XXII, cónego em Évora e ainda chantre em Saint-Michel de Castelnaudary, nas proximidades de Carcassone (1318)¹⁶⁰; do doutor em leis Guillaume d’Othon, professor de direito civil, clérigo de Cahors e deão em Coim-

155 CUP, I, 278.

156 CUP, II, 483.

157 Tais os casos de Fr. Rodrigo de Portugal, O.F.M., que em súplica ao papa Júlio II (30 de maio de 1511) dizia estudar, havia mais de nove anos, lógica, filosofia e metafísica em Oxford, tendo sido admitido como bacharel em teologia no convento dos menores de Oxford (CUP, XI, 4340), ou de Fr. Jerónimo Gruxeiro de Tavira, O.F.M., e Fr. Francisco do Porto, O.F.M., a quem D. Manuel concedeu uma bolsa (20 de março de 1517), a ser paga das rendas da feitoria da Flandres, para estudarem, o primeiro em “uxonea” e o segundo em “tantabrisa” [sic] (CUP, XI, 4713).

158 CUP, I, 116, 117.

159 CUP, I, 47.

160 CUP, I, 50, 52.

bra (1325)¹⁶¹, a quem o papa concedeu dispensa de residir nos seus benefícios caso se encontrasse num estudo geral (1329)¹⁶²; do *proiectus* em direito civil Gaillard d'Ébrard, cónego de Coimbra (1333)¹⁶³, membro da distinta família dos Ébrard, da qual saíram três antístites da diocese conimbricense entre os finais do século XIII e os meados do século XIV¹⁶⁴; do escolar de direito canónico e lente no estudo de Lisboa, Mateus Toelha de Cahors, para quem os reitores e a universidade do estudo ulissiponense impetravam do papa a concessão de uma conezia em Coimbra, dada por bula de Clemente VI (1342)¹⁶⁵; do licenciado em leis Guillaume de Cavagnac, sucessivamente cónego no Porto (1342)¹⁶⁶ e deão em Coimbra (1344)¹⁶⁷; do bacharel em leis Guillaume d'Anglars, cónego em Lisboa (1344)¹⁶⁸; do bacharel em leis Raymond de Toulouse, reitor da igreja de Sta. Maria de Alprão, em Santarém (1350)¹⁶⁹, ou ainda do mestre Pierre de Corbigny, conselheiro de D. Afonso IV (referido na documentação régia como Mestre Pedro das Leis) e professor de ambos os direitos no Estudo Geral de Lisboa (1350)¹⁷⁰. Todos estes nomes, remetendo significativamente para a França, parecem testemunhar bem o profundo vínculo entre Portugal e o *Midi* gaulês ao longo do século XIV quando, como já foi dito, a sede da Cristandade esteve instalada em Avignon; uma ligação consubstanciada, de modo ainda mais expressivo, pela elevação de vários prelados franceses, nesse mesmo período, aos sólios conimbricense (casos de Ayméric d'Ébrard, entre 1279 e 1295, Raymond d'Ébrard I entre 1319 e 1324, Raymond d'Ébrard II entre 1325 e 1333, ou ainda Jean des Prez de Montpezat entre 1333 e 1337) ou ulissiponense (Étienne de la Garde, entre 1344 e 1348, Théobald de Castillon, entre 1348 e 1356, e Renaud de Maubernard, entre 1356 e 1358¹⁷¹).

161 CUP, I, 63.

162 CUP, I, 85.

163 CUP, I, 98.

164 Cf. Maria do Rosário Barbosa Morujão – La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu. Actas do Colóquio Internacional, Roma-Viterbo, 4-8 de outubro de 2004*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005. p. 75-91. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/7836>.

165 CUP, I, 116, 117.

166 CUP, I, 114.

167 CUP, I, 127.

168 CUP, I, 15.

169 CUP, I, 175, 184.

170 CUP, I, 111, 179.

171 Cf. Ana Maria Castelo Martins Jorge (coord.) – Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses). In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de C. M. Azevedo. Vol. 2 (C-I). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 131-146.

A peregrinatio quatrocentista

No século XV, duplica a representatividade dos estudos gerais na documentação do *Chartularium*, ao mesmo tempo que octuplica o número de estudantes portugueses em *peregrinatio*. Com efeito, face às sete universidades mencionadas para o século XIV naquela compilação, os portugueses alargam a sua presença a quinze estudos gerais, situados, na sua maioria, em Itália (Ferrara, Pádua, Pavia, Perugia, Pisa, Roma e Siena). Ignorando-se quaisquer referências às duas universidades inglesas no período, registam-se ainda presenças portuguesas nos estudos de Valladolid (em Castela), de Lleida (em Aragão) e de Aix (em França), além de algumas menções sumárias a estudantes nas partes da Hispânia e da Itália.

Dos 123 nomes inventariados para esta centúria como tendo frequentado uma universidade fora de Portugal, 31 (praticamente $\frac{1}{4}$ dos estudantes) aparecem claramente atestados como tendo frequentado mais do que um estudo geral. Destes 31 indivíduos, um (João Peres, doutor em decretos¹⁷²) afirma ter estudado em cinco universidades (Lisboa, Ferrara, Perugia, Pisa e Siena), 10 cursaram em três (Álvaro Teixeira, estudante de humanidades e de ambos os direitos em Bolonha, Ferrara e Siena¹⁷³; Fr. André do Prado, O.F.M., mestre em teologia, que passou por Bolonha, Paris e Roma¹⁷⁴; Diogo Gonçalves Botafogo, doutor em ambos os direitos, formado em Bolonha, Lisboa e Salamanca¹⁷⁵; João da Silveira, estudante de direito canónico em Lisboa, Pisa e Salamanca¹⁷⁶; João Gomes, bacharel em decretos, que esteve em Lleida, Roma e Salamanca¹⁷⁷; João Lopes Basanta, licenciado em direito civil e estudante de direito canónico em Lisboa, Salamanca e Siena¹⁷⁸; Mendo Peres, estudante de direito canónico em Bolonha, Roma e Salamanca¹⁷⁹; Pedro de Sousa, doutor em ambos os direitos, que estudou em Bolonha, Lisboa e talvez Perugia¹⁸⁰; Pedro Esteves, bacharel em leis e estudante *in utroque iure* em Bolonha, Lisboa e Salamanca¹⁸¹; e Fr. Rodrigo de Santa Cruz, O.E.S.A., bacharel em teologia e estudante de artes e teologia em Lisboa, Bolonha e Perugia¹⁸²) e 20 outros afirmam ter passado por dois estudos gerais (Afonso Madeira, bacharel *in utroque*, estudante em Lisboa e Salamanca e professor no estudo

172 Cf. Anexo, n.º 140.

173 Cf. Anexo, n.º 19.

174 Cf. Anexo, n.º 21.

175 Cf. Anexo, n.º 34.

176 Cf. Anexo, n.º 116.

177 Cf. Anexo, n.º 130.

178 Cf. Anexo, n.º 134.

179 Cf. Anexo, n.º 175.

180 Cf. Anexo, n.º 195.

181 Cf. Anexo, n.º 197.

182 Cf. Anexo, n.º 218.

lisboeta¹⁸³; Fernando Afonso, estudante de artes e medicina em Lisboa e Salamanca¹⁸⁴; Fernando da Guerra, estudante em Bolonha e Pádua¹⁸⁵; Fernando Lopes, estudante de cânones em Lisboa e Salamanca¹⁸⁶; Gabriel Vaz, bacharel em medicina e estudante em Lisboa e Salamanca¹⁸⁷; Gomes Pais Ferraz, estudante de direito canónico em Perugia e Roma¹⁸⁸; Gonçalo Monteiro, estudante *in utroque* em Lisboa e Salamanca¹⁸⁹; Henrique Coutinho, estudante de direito canónico em Lisboa e Pisa¹⁹⁰; João Beliágua, estudante de leis em Bolonha e Siena¹⁹¹; João Gomes de Abreu, estudante de direito canónico em Lisboa e Salamanca¹⁹²; João Lopes da Costa, bacharel em decretos e estudante em Siena e noutra universidade italiana que não nomeia¹⁹³; Jorge de Almeida, estudante em Perugia e Pisa¹⁹⁴; Lançarote Esteves, doutor em direito civil na universidade de Bolonha e depois lente na universidade de Lisboa¹⁹⁵; Luís Coutinho, estudante de cânones em Pádua e Siena¹⁹⁶; Luís Gonçalves Farto, estudante *in utroque* em Lisboa e Salamanca¹⁹⁷; Luís Teixeira, estudante de direito canónico em Lisboa e Siena¹⁹⁸; Pedro Lourenço, doutor em decretos, estudante em Lisboa e Roma¹⁹⁹; Rolando Escritor, mestre em artes e medicina, estudante em Lisboa e Paris²⁰⁰; Vasco Eanes de Camões, bacharel em decretos, estudante e lente em Lisboa e Salamanca²⁰¹; e Vasco Fernandes, estudante de direito canónico também em Lisboa e Salamanca²⁰²).

O ciclo das *peregrinationes* parece ter seguido, primordialmente, um dos seguintes eixos: Lisboa – Salamanca; Lisboa – Salamanca – Itália; e Lisboa – Itália ou Salamanca – Itália. A importância que a Península Itálica volta a ter neste período é notória, como se verificará adiante, seja por a ela ter regressado, de modo indisputado, a Sede Apostólica (com a eleição de Martinho V em 1417 e o conseqüente fim do Cisma do Ocidente), seja pelo importante crescimento económico que aí se verificava e que possibilitava a emergência de um ambiente cultural marcado pelos alvares

183 Cf. Anexo, n.º 9.

184 Cf. Anexo, n.º 59.

185 Cf. Anexo, n.º 61.

186 Cf. Anexo, n.º 68.

187 Cf. Anexo, n.º 76.

188 Cf. Anexo, n.º 91.

189 Cf. Anexo, n.º 99.

190 Cf. Anexo, n.º 104.

191 Cf. Anexo, n.º 113.

192 Cf. Anexo, n.º 131.

193 Cf. Anexo, n.º 134.

194 Cf. Anexo, n.º 144.

195 Cf. Anexo, n.º 147.

196 Cf. Anexo, n.º 155.

197 Cf. Anexo, n.º 157.

198 Cf. Anexo, n.º 159.

199 Cf. Anexo, n.º 203.

200 Cf. Anexo, n.º 221.

201 Cf. Anexo, n.º 231.

202 Cf. Anexo, n.º 232.

do *umanesimo* e do *rinascimento* italiano, e que tão propício seria aos estudos universitários. Quanto ao avultado número de escolares portugueses em Salamanca, a explicação para o facto prende-se certamente com a proximidade ao reino, por um lado, e pelas condições socioeconómicas dos estudantes, por outro; além disso, recorde-se que, a fim de obterem o grau académico, os escolares tinham que, de acordo com os estatutos da maior parte das universidades desta época, ler e disputar publicamente, durante cinco a sete anos, em mais do que um estudo geral. Nesse sentido, importa também verificar as dioceses de origem destes alunos, constatando-se, de um modo muito substantivo, a presença em Salamanca de estudantes oriundos das dioceses do Norte do país ou limítrofes com a Coroa de Castela (Braga, Coimbra, Guarda, Lamego, Porto e Viseu), ainda que também estejam atestados alunos oriundos das dioceses mais meridionais (Lisboa, Évora e Silves).

De entre os 123 estudantes elencados, cerca de um terço frequentou a universidade de Salamanca (41 estudantes), seguida, a curta distância, pela de Bolonha (com 28 estudantes) e logo depois por Siena (com 21). A uma maior distância encontram-se já os estudos de Roma (com 11 estudantes), Perugia (10), Paris (8)²⁰³, Pádua (7), Pisa (6), a que se juntam Toulouse e Valladolid (com 3 cada um), Ferrara (2) e Pavia, Montpellier, Lleida e Aix (1 cada um); acrescem ainda dois estudantes que, a dada altura, aparecem referidos sumariamente como estudando em Itália (Álvaro Teixeira²⁰⁴ e João Lopes da Costa²⁰⁵) e um outro na Hispânia (Rodrigo Dias²⁰⁶). Embora, em termos absolutos, seja em Salamanca que se concentra o maior quantitativo (41), o somatório dos portugueses presentes nos vários estudos italianos mais que duplicava aquele coeficiente (perfazendo um total de 86 indivíduos); a presença nos estudos franceses (13) e em outros estudos hispânicos (4) é, neste contexto, relativamente marginal.

Relativamente às matérias cursadas, há um claro predomínio dos estudos jurídicos, contabilizando-se 49 canonistas e 16 civilistas, números complementados pela existência de 15 estudantes *in utroque iure*; a estes acrescem 19 estudantes de teologia²⁰⁷, 7 estudantes de artes liberais e 5 estudantes de medicina. Sobre 19 escolares, ignoram-se quais os cursos que frequentaram no estrangeiro, tendo 6 passado por

203 Paris encontra-se claramente sub-representada nesta amostragem; Mário Farelo (Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris..., p. 161-196) arrola, para o período em causa, 36 clérigos, na sua maioria oriundos das ordens mendicantes, a cursarem teologia em Paris, atestando bem da importância daquele estudo geral na leccionação da *sacra pagina*; de resto, as referências a escolares portugueses em Paris no século XVI compulsadas no *CUP* continuam a certificar essa especialização funcional da universidade parisiense no ensino teológico, e a correspondente *peregrinatio* portuguesa tendo em vista o aprofundamento dos seus conhecimentos nessa matéria.

204 *CUP*, VIII, 3328.

205 *CUP*, IV, 1271.

206 *CUP*, VII, 2727.

207 A estes devem acrescentar-se os estudantes elencados por Mário Farelo – Os estudantes e os mestres portugueses nas escolas de Paris..., p. 161-196, que fazem aumentar o número dos teólogos para as três dezenas. Tal facto não desmerece a afirmação, aqui enunciada estatisticamente, de que continuava a ser no âmbito do direito que a maior parte dos estudantes portugueses procurava formação superior no estrangeiro.

Siena, 5 por Salamanca, 3 por Perugia, 2 por Bolonha e 1 por Pádua, Paris e Toulouse; há ainda menção ao já citado Rodrigo Dias, “in decretis baccalarius factus in Ispania”, deixando em aberto o local preciso onde estudou²⁰⁸. Quanto aos restantes, todos são nomeados apenas como estudantes (ou, mais raramente, escolares²⁰⁹) num determinado estudo geral, mas não se registam quaisquer informações adicionais acerca dos seus cursos no *Chartularium*, sendo necessário proceder a uma comparação com os cartulários de outras universidades em busca de eventuais correspondências.

Observando-se a distribuição das matérias cursadas pelos estudos gerais, verifica-se que, entre os canonistas, 35 rumaram a Itália, tendo como destinos Bolonha²¹⁰ e Siena²¹¹ (com nove em ambos os casos); Roma²¹² (com sete); Perugia²¹³ (com quatro); Pádua²¹⁴ (com três); Pisa²¹⁵ (com dois), e Ferrara²¹⁶ (com uma única referência, aliás singular, visto dizer respeito ao mais viajado destes estudantes – João Peres –, que frequentou cinco estudos gerais). Por seu turno, 22 tomaram como destino a Península Hispânica, havendo registo de 20 estudantes em Salamanca²¹⁷, um em Valladolid²¹⁸ e um outro em Lleida²¹⁹; o elenco completa-se com 9 estudantes que, para além da frequência dos estudos no estrangeiro, estão também atestados como tendo passado pela universidade de Lisboa²²⁰. Também entre os civilistas avultam os formados em Itália: 9 frequentaram o estudo bolonhês²²¹, havendo ainda 3 estudan-

208 CUP, VII, 2727.

209 Julgamos pertinente fazer aqui a destriça entre estes dois conceitos, frequentemente análogos mas revestindo, ainda assim, alguma fluidez. O escolar parece designar um indivíduo com algum tipo de frequência universitária, ainda que necessariamente incompleta, apontando ora para alguém que frequenta ainda o estudo, ora para alguém que já passou pelo estudo sem haver obtido um grau académico; a coexistência, em alguns documentos, das fórmulas escolar e estudante aplicadas ao mesmo indivíduo (CUP, I, 209; III, 609), demonstram a diferença semântica, revestindo o termo estudante uma precisão mais unívoca, com este último a designar alguém que frequenta o estudo no tempo presente, o que surge expresso em português ou nas múltiplas formas latinas derivadas do verbo *studeo* – *studens* ou *studenti* (estudante), *studes* (estudas), *studuisti* ou *studuit* (estudaste, estudou), muito embora nos casos em que a referência é feita no pretérito perfeito (designando assim uma ação acabada), se possa inquirir se, ao tempo da composição dos diplomas onde surgem mencionados, os indivíduos arrolados frequentariam ainda o estudo; num único caso, a referência surge complementada com a expressão *prout studes de presenti* (CUP, III, 633), demonstrando assim a sua continuidade temporal. Além disso, e ao contrário do que sucede com os escolares, para muitos estudantes aparece referenciada a duração dos seus estudos, dada pelas fórmulas *per biennium* (CUP, II, 449, 461, 462), *per triennium* (CUP, I, 226; II, 314, 427), *per quadriennium* (CUP, I, 226; II, 314), *per quinquennium* (CUP, I, 203, 221; II, 314, 433, 449, 633), ou ainda *per sex anos* (CUP, I, 235; II, 314), bem como os correspondentes locais de estudo.

210 Cf. Anexo, n.º 28, 30, 51, 70, 90, 121, 156, 175, 195.

211 Cf. Anexo, n.º 12, 78, 127, 134, 140, 155, 159, 208, 211.

212 Cf. Anexo, n.º 91, 95, 130, 132, 175, 203, 219.

213 Cf. Anexo, n.º 15, 74, 91, 140.

214 Cf. Anexo, n.º 72, 107, 155.

215 Cf. Anexo, n.º 104, 140.

216 Cf. Anexo, n.º 140.

217 Cf. Anexo, n.º 2, 33, 48, 57, 68, 83, 89, 103, 112, 116, 123, 130, 161, 175, 179, 200, 229, 231, 232.

218 Cf. Anexo, n.º 227.

219 Cf. Anexo, n.º 130.

220 Cf. Anexo, n.º 68, 104, 116, 141, 140, 159, 203, 231, 232.

221 Cf. Anexo, n.º 32, 111, 113, 139, 147, 150, 152, 164, 230.

tes em Siena²²², 2 em Pádua²²³ e 1 em Perugia²²⁴; apenas 2 frequentaram direito civil em Salamanca²²⁵. Os estudantes de ambos os direitos preferiram também as universidades italianas para se graduar (3 estudantes passaram por Bolonha²²⁶, 2 por Pisa²²⁷, 1 por Roma²²⁸ e 1 ainda por Siena²²⁹), evidenciando-se entre este grupo a *peregrinatio* por vários *studia* (Afonso Madeira²³⁰, Gonçalo Monteiro²³¹ e Luís Gonçalves Farto²³² fizeram o seu périplo por Lisboa e Salamanca; Diogo Gonçalves Botafogo²³³ e Pedro Esteves²³⁴ por Lisboa, Salamanca e Bolonha; João Lopes Basanta²³⁵ por Lisboa, Salamanca e Siena e, finalmente, Álvaro Teixeira²³⁶ cursou em Bolonha, Ferrara e Siena). Somente um estudante (Álvaro Vaz²³⁷) cursou ambos os direitos em Salamanca, sem se deslocar a um estudo italiano.

Os médicos buscaram a sua formação em Montpellier (Rodrigo Esteves²³⁸), Pádua (Lopo Gil²³⁹) e Salamanca (Gonçalo Fernandes²⁴⁰), tendo dois frequentado os estudos lisboeta e salmantino (Fernando Afonso²⁴¹ e Gabriel Vaz²⁴²) e um outro os ulissiponense e parisiense (Rolando Escritor²⁴³); por seu turno, os artistas formaram-se em Paris (Diogo Lopes²⁴⁴ e Simão de Vasconcelos²⁴⁵), Salamanca (Agostinho de Barros²⁴⁶) ou Salamanca e Lisboa (Fernando Afonso²⁴⁷).

Quanto à teologia, as preferências iam para Paris (com 4 referências) e Salamanca (com 3), seguidas por Roma (com 2) e Toulouse (igualmente com 2); havia ainda estudantes portugueses em Aix (Fr. Gonçalo Mendes, O.P.²⁴⁸), Pádua (Lopo

222 Cf. Anexo, n.º 11, 17, 113.

223 Cf. Anexo, n.º 4, 63.

224 Cf. Anexo, n.º 16.

225 Cf. Anexo, n.º 160, 198.

226 Cf. Anexo, n.º 64, 65, 114.

227 Cf. Anexo, n.º 60, 217.

228 Cf. Anexo, n.º 154.

229 Cf. Anexo, n.º 110.

230 Cf. Anexo, n.º 9.

231 Cf. Anexo, n.º 99.

232 Cf. Anexo, n.º 157.

233 Cf. Anexo, n.º 34.

234 Cf. Anexo, n.º 197.

235 Cf. Anexo, n.º 134.

236 Cf. Anexo, n.º 19.

237 Cf. Anexo, n.º 20.

238 Cf. Anexo, n.º 216.

239 Cf. Anexo, n.º 151.

240 Cf. Anexo, n.º 96.

241 Cf. Anexo, n.º 59.

242 Cf. Anexo, n.º 76.

243 Cf. Anexo, n.º 221.

244 Cf. Anexo, n.º 35.

245 Cf. Anexo, n.º 225.

246 Cf. Anexo, n.º 10.

247 Cf. Anexo, n.º 59.

248 Cf. Anexo, n.º 98.

Gil²⁴⁹), Pavia (Fr. Gomes de Lisboa, O.F.M.²⁵⁰) e Valladolid (Fr. Fernando de Lisboa, O.P.²⁵¹). Em alguns casos (Fr. André do Prado, O.F.M.²⁵² ou Fr. Rodrigo de Santa Cruz, O.E.S.A.²⁵³) os estudos foram realizados em várias universidades (Bolonha, Paris e Roma, no primeiro caso, Lisboa, Bolonha e Perugia no segundo). Ao contrário das demais matérias, a teologia continuou, de modo claro, a ser preferencialmente estudada por frades, embora alguns presbíteros seculares tenham também ingressado na academia para os estudos teológicos, durante este período.

Após a análise estatística, importa gizar algumas observações de conjunto em torno dos membros deste grupo, seja pelas suas origens, seja pelas parentelas e redes clientelares em que se inseriam, seja ainda pelos percursos que viriam a empreender após a passagem pelo estudo geral, distribuídos entre a igreja, o desembargo e a academia.

Um número muito importante de carreiras eclesiásticas, sobretudo ao nível do episcopado, teve início com uma formação académica, ainda que por vezes incompleta; é de notar que, entre os detentores do pálio aqui arrolados, quase todos tinham costados nobres, alguns dos quais com origens na mais alta nobreza da época (casas tituladas e ramos bastardos da casa real).

Destaquem-se, em primeiro lugar, as figuras de dois homens aparentados com a família régia: D. Fernando da Guerra (bisneto do rei D. Pedro I e, como tal, primo dos vários monarcas portugueses da primeira metade do século XV), sucessivamente bispo de Silves (1409-14), do Porto (1416-17) e arcebispo de Braga (1417-57), estudante em Bolonha e em Pádua; e D. Afonso de Portugal (filho do conde de Ourém e marquês de Valença, D. Afonso, e por essa via neto de D. João I), estudante de decretos em Salamanca que viria, mais tarde, a ser bispo de Évora (1485-1522); além disso, parece pertinente recordar que foi o pai do primeiro conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, bem como do primeiro (e único) arcebispo do Funchal, D. Martinho de Portugal.

Figuras de destaque no episcopado português ao longo do século XV foram também vários membros da família dos Coutinho (marechais de Portugal no final do século XIV e, já no século XV, condes de Marialva). Pelo menos três obtiveram a distinção episcopal, e um outro granjeou um importante priorado do reino. Os primeiros a alcançarem o sólio foram os irmãos Fernando Martins Coutinho e Luís Coutinho, ambos filhos de Gonçalo Vasques Coutinho, marechal de Portugal, e ambos estudantes de direito canónico em Pádua (o primeiro à roda de 1410²⁵⁴ e o

249 Cf. Anexo, n.º 151.

250 Cf. Anexo, n.º 88.

251 Cf. Anexo, n.º 62.

252 Cf. Anexo, n.º 21.

253 Cf. Anexo, n.º 218.

254 CUP, III, 605.

segundo em 1438²⁵⁵), tendo Luís também cursado em Siena (1442²⁵⁶). Enquanto Fernando viria a ser sucessivamente cónego em Lamego e Lisboa, deão de Viseu e, finalmente, bispo de Coimbra (1419-29), já Luís seria bispo de Viseu (1439-44), de Coimbra (1444-52) e, finalmente, arcebispo de Lisboa (1452-53). Já no final do século, sobressaem os nomes de Henrique Coutinho, filho do marechal de Portugal (D. Fernando Coutinho), estudante de cânones nas universidades de Lisboa e Pisa (1471²⁵⁷), e a quem D. Afonso V dotara com um mantimento anual no valor de 3 700 reais brancos para o estudo²⁵⁸; embora não ascendesse ao episcopado, seria arceidiago de Vermoim e prior da insigne colegiada de Guimarães, na arquidiocese de Braga. Quanto a D. Fernando Coutinho, sobrinho do anterior, foi estudante de ambos os direitos em Pisa (1485²⁵⁹), vindo a ser bispo de Lamego (1492-1502) e de Silves (1502-38).

Também a importante família dos Meneses – que ao longo do século XV recuperou a posição de prestígio de que desfrutara antes da crise de 1383, sendo promovida à mais alta nobreza titulada (estando na origem da Casa de Vila Real) pelos seus feitos de armas no Algarve de Além-mar – veria um dos seus descendentes estudar no estrangeiro e ser promovido, depois, ao episcopado. Trata-se de D. Garcia de Meneses (filho do capitão de Alcácer Ceguer, D. Duarte de Meneses, e neto do primeiro capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real), o qual estudou em Perugia, tendo sido deão em Lisboa e, depois, bispo eleito de Coimbra (1468-70) e prelado de Évora (1471-84). É de destacar ainda, neste contexto, os Almeida, senhores de Abrantes; o quarto filho do primeiro conde (D. Lopo de Almeida), de seu nome Jorge de Almeida, estudou em Perugia (1473²⁶⁰) e Pisa (1474²⁶¹), tendo sido feito protonotário apostólico por Sisto IV, e travado relações com Lorenzo de' Medici, senhor de Florença²⁶²; ulteriormente, viria a ter um extensíssimo governo à frente da Sé de Coimbra (1482-1543)²⁶³; para se aferir da importância da sua linhagem, lembre-se que o seu irmão, D. Francisco de Almeida, seria o primeiro vice-rei da Índia, e um seu sobrinho, D. Garcia de Almeida, o primeiro reitor da novel universidade conimbricense, em 1537. Também entre as famílias nobres, viria a estudar em Siena (1467²⁶⁴) o futuro

255 CUP, IV, 1104.

256 CUP, IV, 1275.

257 CUP, VII, 2340; VIII, 3157.

258 CUP, VII, 2340.

259 CUP, VIII, 3042.

260 CUP, VII, 2481, 2482.

261 CUP, VII, 2531, 2533.

262 Cf. Virginia Rau – Italianismo na cultura jurídica..., p. 186-187.

263 Cf. José Pedro Paiva – A diocese de Coimbra durante o reinado de D. Manuel: o governo episcopal de D. Jorge de Almeida. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. XXXVI:1 (2002-2003) 347-366. Disponível em: http://www.uc.pt/chsc/recursos/jpmp/jpp_diocese-de-coimbra.pdf.

264 CUP, VI, 2169, 2170.

bispo de Silves, D. João de Melo (1468-1480); outros futuros preladados que estudaram nas partes de Itália neste período foram Diogo Pinheiro, estudante em Siena e mais tarde doutor em ambos os direitos, vigário da Ordem de Cristo no isento de Tomar (que constituía território de *nullius diocesis*, e a partir do qual se administravam, no espiritual, as possessões ultramarinas portuguesas) e, depois, primeiro bispo do Funchal (1514-1525), erigido em diocese autónoma a partir da prelação de Tomar em 1514; e Jorge Vaz da Costa, irmão do cardeal de Alpedrinha, cónego (1472²⁶⁵) e deão de Lisboa (1476²⁶⁶), além de futuro arcebispo de Braga (1486-1501), que passou igualmente pelo estudo de Siena em 1476. A juntar a este grupo de preladados, também Gomes Pais Ferraz, sobrinho do bispo de Ceuta (D. João Ferraz), que chegou a ser cónego na Sé de Coimbra, estudou direito canónico em Perugia e Roma.

Atente-se na presença continuada destes homens em universidades italianas onde, na maior parte dos casos, obtiveram formações em um ou ambos os direitos, ainda que nem todos tenham concluído os estudos – com efeito, apenas D. Diogo Pinheiro é mencionado expressamente como doutor *in utroque iure*, quando vigário de Tomar; essa formação, de resto, permitir-lhe-á, já no século XVI, figurar como subscritor de inúmeras cartas passadas pela chancelaria durante o reinado de D. Manuel, chegando inclusivamente a aparecer como desembargador e conselheiro de D. João III²⁶⁷.

Alguns destes letrados tinham, também, importantes vínculos familiares a grandes senhores, leigos ou eclesiásticos; exemplos disso são Álvaro Gonçalves, clérigo português, estudante de direito civil em Siena (1444²⁶⁸), e que era sobrinho de D. Antão Martins, bispo do Porto e cardeal do título de S. Crisógono; também Pedro de Resende, estudante em Siena, estava unido por laços de sangue a D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e regente da *Penitenzieria Apostolica* (1465²⁶⁹); ou Simão de Vasconcelos, estudante de artes na universidade de Paris (1489²⁷⁰), o qual se dizia primo-sobrinho de D. João II. Outro ainda (Pedro de Sousa) foi estudante de decretos em Lisboa, talvez em Perugia, e mais tarde ainda em Bolonha, onde obteve o grau de doutor *in utroque* (1473), aparecendo mencionado como de origem nobre e “familiar dilecto” de D. Afonso V (1459), bem como irmão de João de Sousa, embaixador de Portugal junto da Santa Sé (1476²⁷¹).

Outros nomes atestam a sua ligação a esses senhores através de redes clientelares, como o cónego conimbricense Gomes Pais, licenciado em decretos em Bolonha,

265 CUP, VII, 2457.

266 CUP, VII, 2693.

267 CUP, X, 4256; XI, 4698, 4703, 4953, 4957, 4990; XII, 5010, 5071, 5077, 5275.

268 CUP, IV, 1345, 1354, 1359, 1360.

269 CUP, VI, 2118.

270 CUP, VIII, 3321.

271 Cf. André de Oliveira-Leitão – Pedro de Sousa. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 528-532.

que exercia as funções de capelão do infante D. Pedro, duque de Coimbra (1432²⁷²), ou Pedro Vaz, clérigo eborense e estudante de direito canónico em Siena (1470²⁷³), referido como “dilecto” do infante D. Fernando, duque de Beja²⁷⁴, e que se manteve ao serviço dessa casa ducal, aparecendo, no final da década de 1480, como conselheiro do então duque de Beja, D. Manuel²⁷⁵, além de prior do castelo de Tomar e frade professo da Ordem de Cristo²⁷⁶, de que D. Manuel era então o governador.

Alguns destes homens faziam carreira não apenas junto dos principais senhores do país, mas também na Cúria Romana: assim, Pedro Lourenço, cónego de Lamego, sucessivamente bacharel (1452), licenciado (1455) e doutor (1478) em decretos, tendo estudado na universidade da Cúria e na de Lisboa, onde foi também lente e reitor, acumulou variadíssimas funções, quer junto de D. Afonso V (de quem foi feito, criado, conselheiro, capelão e orador, e seu embaixador junto da Santa Sé), quer de outros membros da família real (foi conselheiro do infante D. Fernando, duque de Beja, e procurador da sua esposa, a infanta D. Beatriz, junto da Cúria), quer ainda junto do Papado (acólito, capelão e cubiculario pontifício), além de cavaleiro da Ordem de Santiago²⁷⁷. Álvaro Gonçalves, deão de Coimbra e, depois, do Porto, doutor em leis na universidade de Perugia (1475), foi acólito, escritor e abreviador das letras apostólicas durante os pontificados de Nicolau V, Calisto II, Pio II, Paulo II e Sisto IV. João Peres, que bem poderia ser considerado o arquétipo da *peregrinatio academica* portuguesa para século XV, estudou direito nas universidades de Lisboa, Siena, Perugia, Pisa e Ferrara antes de obter o grau de doutor *in utroque*, tendo recebido a distinção de conde palatino do Palácio de S. João de Latrão e sendo inclusivamente chamado “familiar” do cardeal-bispo de Óstia, D. Giuliano della Rovere, O.F.M. (o futuro papa Júlio II). Finalmente, merece ainda referência o nobre Diogo Gonçalves Botafogo, arcediogo de Montemor-o-Novo, na diocese de Évora, estudante de ambos os direitos nas universidades de Lisboa (onde foi lente durante muitos anos), Salamanca e Bolonha (na qual se doutorou), e que teve, desde pelo menos meados da década de 1460 até à de 1490, uma extensa carreira beneficinal (surgindo como reitor e porcionário de várias igrejas portuguesas e, até, italianas) na qualidade de protegido do cardeal D. Rodrigo de Borja (o futuro Alexandre VI), então vice-chanceler da Cúria²⁷⁸; tal era o seu prestígio e influência que chegou a ordenar a construção, em Roma, de uma fonte no Campo dei Fiori.

272 CUP, IV, 969.

273 CUP, VI, 2306, 2321.

274 CUP, VI, 2306.

275 CUP, VI, 3295, 3296.

276 CUP, VIII, 3031, 3223, 3296.

277 Cf. André de Oliveira-Leitão – Pêro Lourenço. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 534-541.

278 Cf. André de Oliveira-Leitão – Diogo Gonçalves. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 548-563.

Também os letrados formados em direito civil ou canónico constituíram um grupo privilegiado entre os que faziam a sua *peregrinatio* a Itália, geralmente a Bolonha, sendo por norma recrutados para o desembargo régio. Tais são os casos dos doutores em direito canónico Diogo de Portugal (1401), Brás de Portugal (1409) e Estêvão Afonso (1411), ou os doutores em direito civil Lançarote Esteves (1404), Lopo Afonso (1408), João Álvares (1409) e Lourenço de Portugal (1417). A estes acresce, já na segunda metade do século, a figura do doutor Luís Teixeira (filho do chanceler-mor, doutor João Teixeira), estudante de direito canónico nas universidades de Lisboa e Siena e ele próprio chanceler-mor do reino, em substituição do seu pai²⁷⁹.

Tal como no período anterior, alguns destes homens exerceram também funções docentes no estudo lisboeta, como Vasco Eanes de Camões (lente de direito canónico durante mais de dois anos, em data anterior a 1463), Diogo Gonçalves Botafogo (lente de direito canónico em data indeterminada, anterior a 1469), Fr. Rodrigo de Santa Cruz (lente da cátedra de véspera de teologia entre pelo menos 1496 e 1503) ou Afonso Madeira (lente das cátedras de prima e de véspera de direito canónico na última década do século XV, além de vice-reitor do estudo). Igual destaque merecem também aqueles homens que, a partir da segunda metade do século XV, frequentaram as universidades italianas e virão a ser, nos alvares da centúria seguinte, nomes maiores do humanismo em Portugal. Tais são os casos de Martim Anes de Figueiredo, estudante de leis e cânones em Bolonha e Ferrara e doutor *in utroque*, mais tarde lente de oratória na universidade de Lisboa e autor de um *Commentum in Plinii Naturalis Historiae Prologum* (1529)²⁸⁰; ou de Álvaro Teixeira que, tendo travado conhecimento com as humanidades (grego e latim) em Siena (1492-93²⁸¹), enveredou depois pelos estudos de leis e cânones em Bolonha (1497²⁸²) e Ferrara (1502²⁸³); esteve ainda ao serviço do cardeal D. Jorge da Costa, além de ter sido notário apostólico, cubiculario pontifício e *miles sancti Petri* durante os pontificados de Júlio II, Leão X, Adriano VI e Clemente VII.

Conclusões

Ao nível dos locais de estudo frequentados pelos elementos mais cultos, o quadro de incertezas é grande, sendo mais razoável inventariar tendências gerais do que tentar estabelecer sofismas inquestionáveis, alguns deles, porventura, viciados por tradições historiográficas. Conjugados, a apreciação dos lugares de estudo e de

279 Cf. André de Oliveira-Leitão – Luís Teixeira. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 462-463.

280 Cf. André de Oliveira-Leitão – Martim de Figueiredo. In *A universidade medieval em Lisboa...*, p. 505-509.

281 *CUP*, IX, 3470, 3506, 3517.

282 *CUP*, IX, 3676.

283 *CUP*, X, 3913.

ensino frequentados por letrados dão origem a um modelo interpretativo relativamente consolidado, traduzindo uma circulação à escala europeia, de configuração radial, ligando periferias a centros intelectuais, com os estudos de Paris, Bolonha e Salamanca a afirmarem-se como destinos preferenciais para a massa crítica do reino no período correspondente aos séculos XII e XIII. Terão correspondido a fluxos migratórios de duplo sentido na maior parte dos casos, ou seja, pressupondo percursos de ida e volta relativamente simples e estáveis entre origens e destinos. Mas se os trajetos, na sua maioria, parecem ter-se estabelecido entre dois pontos, por vezes tiveram uma geografia mais variável, assente em três razões principais: a vontade de aquisição de conhecimentos, levando a que escolares frequentassem mais de uma instância de ensino de forma a completar a sua formação; a intenção de prestarem serviço docente em mais de um estabelecimento escolar; e o desenvolvimento de percursos de carreira fora do reino. Desse modo, o retorno de vários deles aos locais de origem tardou algum tempo; e, em algumas circunstâncias, pode nunca ter chegado a ocorrer.

A partir do século XIV, e sendo certo que a visão aqui apresentada é ainda parcelar (podendo vir a sofrer mutações em função do aprofundamento das investigações em torno da mobilidade estudantil), julga-se que o quadro aqui gizado consubstancia, a traços largos, algumas linhas de força que se consideram estruturantes para compreender a *peregrinatio academica* portuguesa durante a Idade Média. Deve ser matizada a presença mais robustecida de portugueses a estudar fora do reino no século XV; com efeito, tal deve-se, em primeiro lugar, à deformação propiciada pela preservação dos arquivos. Ainda assim, é de assinalar a presença muito significativa de portugueses nas universidades francesas ao longo do século XIV (situação propiciada pela presença papal em Avinhão), conjuntura invertida no século XV com o regresso do papado a Roma e o progresso do renascimento na Península Itálica. Além disso, um cada vez maior contingente de estudantes passou a engrossar a universidade salmantina, dada a evidente proximidade geográfica ao reino. Uma especialização funcional de dadas universidades é outro dos dados que se pode, com alguma segurança, asseverar neste contexto: Bolonha apresenta-se, indisputavelmente, como o estudo para onde se dirigiam os legistas (fruto de uma tradição que então já era secular, e na qual se enquadravam grandes nomes do pensamento jurídico medieval, como Francesco Accursio, Bartolo da Sassoferrato ou Baldo degli Ubaldi), enquanto os canonistas parecem ter tido especial preferência por Siena ou Pisa; Paris destinava-se, fundamentalmente, aos estudos teológicos (tal como, de resto, as universidades inglesas, verificando-se, neste último caso, curioso domínio de *peregrinationes* no contexto das ordens mendicantes), enquanto a Salamanca acorriam primordialmente estudantes de direito, mas também de medicina, oriundos sobretudo das dioceses do Norte e Centro de Portugal.

Id	Nome (datas extremas)	Cargos e funções	Estabelecimentos de ensino (Estudos gerais)														Saberes											
			Aix-en-Provence	Polonha	Calahorra	Cambridge	Ferrara	Lisboa/Coimbra	Leida	Montpellier	Oxford	Pádua	Paris	Pavia	Perugia	Pisa	Roma	Salamanca	Siena	Toulouse	Valladolid	Indeterminado	Artes Liberais	Direito	Medicina	Teologia	Humanidades	Indeterminado
46	Domingos Peres, ditro Vinagre (1244-1281)	Cónego e mestre-escola de Braga. Cónego de Lisboa. Clérigo e chantre de Sta. Maria de Guimarães. Diácono de Braga	•																				•					
47	Durão Pais (1250+1285/1284)	Procurador apostólico. Cónego de Braga. Deão e bispo de Évora. Notário régio. Chanceler da rainha. Clérigo do rei									•																	
48	Eduardo de Eça (1463-1475)	Cónego de Braga																										
49	Eduardo de Menezes (1497)	Clérigo de Braga																										
50	Egas Fafes (1227-1268)	Cónego e arcebispo de Braga. Bispo de Coimbra. Arcebispo de Compostela																										
51	Estêvão Afonso (1404-1458)	Arcebispo de Santarém. Vigário-geral de Lisboa. Mestre-escola de Coimbra. Chanceler-mor do reino. Conselheiro régio																										
52	Estêvão Eanes de Vasconcelos (1248+1287)	Cónego e arcebispo de Braga. Bispo de Lisboa. Retor de Sta. Maria de Palmeira. Corretor régio. Clérigo do rei																										
53	Estêvão de Loulé (1456)	Frade da Ordem dos Frades Menores. Lente na Universidade de Paris. Missionário nas Canárias																										
54	Estêvão Mendes (1281)	Clérigo de Sta. Maria de Guimarães																										
55	Estêvão Migueis de Lisboa (1329-1343)	Cónego de Évora e de Braga. Lente de direito canónico na Universidade de Coimbra																										
56	Estêvão Moniz (1258+1285)	Juiz apostólico. Porcionário, cónego, tesoureiro e deão de Coimbra. Cónego de Lisboa. Físico régio. Conselheiro régio																										
57	Estêvão Peres (1439)	Deão de Tui																										
58	Estêvão Rodrigues (1291-1320)	Arcebispo de Santarém. Mestre-escola e vigário de Lisboa																										
59	Fernando Afonso (1488)	Clérigo de Lisboa																										
60	Fernando Coutinho (1485-1527)	Bispo de Lamego e de Silves																										

